ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG GUILHERME SOUZA DIAS

Rio de Janeiro

2013

CMG GUILHERME SOUZA DIAS

AMAZÔNIA AZUL: AS VULNERABILIDADES DA ÚLTIMA FRONTEIRA DO BRASIL

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador:CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2013

Dedico a Isabela e Júlia.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Isabela Fernandes Prado Dias e filha Julia Guanaes Dias, agradeço por compartilharem deste desafio.

A todos os professores que formaram e formam o corpo docente da Escola Municipal Menezes Vieira, dos Colégios Lobo da Cunha e Palas, do Colégio Naval e da Escola Naval, COPPE e COPPEAD, o meu sincero obrigado.

Aos professores Maria Eunice (Lobo da Cunha, de 1978 a 1980), Francisco Carlos (COPPEAD – 2005 e 2013) e ao Dr. Antônio R. de Almeida, pelos ensinamentos que tornaram possível esta pesquisa.

Ao meu orientador, CMG Leonardo Mattos, pelos valiosos incentivos e sugestões.

À Escola de Guerra Naval, pela oportunidade que me deu de entender a Amazônia Azul como a maior iniciativa de natureza diplomática realizada pela Marinha do Brasil neste século.

RESUMO

O propósito deste trabalho consistiu de identificar as vulnerabilidades existentes na recentemente demarcada fronteira, a "Amazônia Azul". Para tal, por meio de uma sucinta revisão histórica e utilizando-se de conceitos do embaixador Álvaro Teixeira Soares, começou por identificar quais eram as vulnerabilidades das fronteiras nacionais marítimas e terrestres nos séculos anteriores e como elas foram reduzidas. Em segundo, utilizou-se da teoria das Fímbrias, de N. J. Spykman, e das ideias do General Carlos de Meira Mattos para reconhecer três aspectos correlacionados às fronteiras brasileiras: o Brasil contemporâneo vive um período de expansão econômica; o País ainda possui vulnerabilidades fronteiriças, e; por último, a fronteira marítima "Amazônia Azul" possui especificidades que a distingue e a aproxima de uma fronteira terrestre. Por fim, o autor constatou que os dois documentos estratégicos da Defesa (Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa) estão orientando a redução dessas atuais vulnerabilidades fronteiriças, mas não se poupou em emitir sugestões complementares para que as vulnerabilidades da fronteira marítima "Amazônia Azul" sejam mais rapidamente minimizadas. Ao aprofundar o estudo sobre a questão fronteiriça, este trabalho analisou as vulnerabilidades da "Amazônia Azul" apenas segundo a vertente Soberania, uma das quatro vertentes de estudo que a Marinha do Brasil definiu para aquela área marítima. Quanto ao método da pesquisa, ressalta-se seu caráter exploratório, em que pese ser também um estudo descritivo, qualitativo e documental.

(Palavras-chave: recentemente demarcada, "Amazônia Azul", fronteiras, revisão histórica, expansionista, vulnerabilidades históricas, Spykman, Meira Mattos, vulnerabilidades atuais, especificidades da fronteira marítima, documentos estratégicos, sugestões, minimizar).

ABSTRACT

The purpose of this research was to identify the existing vulnerabilities of the newly demarcated frontier called Blue Amazon. First, using a historical revision and concepts of ambassador Alvaro Teixeira Soares, it was possible to highlight the vulnerabilities of the Brazilian borders in the last centuries. Second, the Spykman's Theory (Theory of Rimland) was contradicted by concepts of Carlos de Meira Mattos, a Brazilian general, to permit the author to pinpoint three main aspects of the Brazilian borders: Brazil is going through a period of political and economic expansion; the Country still has to minimize border's vulnerabilities, and; the maritime frontier called Blue Amazon has specificities that sets it apart from territorial borders. Finally, the author concluded that the government strategic fundamental documents (National Politics of Defense and National Strategic of Defense) are guiding the Country to minimize all the current border openesses and proposed complementary sugestions so that the Blue Amazon vulnerablenesses can be reduced more rapidly.

(Key-words: newly demarcated, Blue Amazon, frontiers, historical revision, expansion, vulnerabilities in the last centuries, Spykman, Meira Mattos, vulnerabilities, specificities, strategic fundamental documents, sugestions, reduced).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAz	Amazônia Azul
BRICS	Países emergentes Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CIRM	Comissão Interministerial de Recursos do Mar
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental (ONU)
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DEP	Departamento de Ensino e Pesquisa
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
GM	Guerra Mundial
IBAS	Fórum Índia-Brasil-África do Sul
IMO	Organização Marítima Internacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LEPLAC	Plano de Levantamento da Plataforma Continental
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Mar territorial
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Plataforma Continental
PND	Política Nacional de Defesa
PNRM	Política Nacional de Recursos do Mar
PRONAE	Programa de Obtenção de Navios Aeródromos
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PROSUPER	Programa de Obtenção de Meios de Superfície
UNASUL	União das Nações da América do Sul
ZC	Zona Contígua
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

ZEE	Zona Econômica Exclusiva

LISTA DE FIGURAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

Definida em Montego Bay (1982) e ratificada pelo Brasil em 1988, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em seu artigo 76, estabeleceu a possibilidade de países, mediante a análise técnico-científica do mar adjacente ao seu território, anexarem uma área de plataforma continental até o limite máximo de 350 milhas náuticas a partir da costa. Por outro lado, em seu corpo, a Convenção também atribuiu diferentes graus de soberania sobre o Mar Territorial (MT), a Zona Contígua (ZC), a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC)[1].

Considerando-se que a rápida demarcação de fronteiras reduz a possibilidade de conflitos entre estados, o Brasil iniciou já em 1986, antes mesmo de ratificar a Convenção, o levantamento da sua plataforma continental, de forma a reconhecê-la geograficamente e demarcá-la o quanto antes junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, graças aos resultados obtidos com o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), em 2004, o Brasil apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), da ONU, uma proposta técnica que permite ao País acrescentar à sua jurisdição uma significativa área de plataforma continental, correspondente a uma Amazônia Verde.

Naquele mesmo ano, o Comandante da Marinha, Almirante -de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho disseminou publicamente o conceito de "Amazônia Azul", uma analogia à enorme e rica região amazônica brasileira, esta representada na figura 1 (ANEXO A). Esta iniciativa, em suma, buscou apresentar ao povo brasileiro os novos limites da

---

1 No Brasil, os limites de MT, de 12 milhas, de ZC, entre 12 a 24 milhas naúticas, e ZEE, de 188 milhas a partir do MT, foram estabelecidos na Lei Nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993. Com base nos estudos iniciados pelo LEPLAC em 1986, esta Lei já previu o possível acréscimo da área de Plataforma Continental brasileira até 350 milhas naúticas, conforme preceitua a CNUDM. Disponível em <http:\\www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8617.htm>. Acesso em 04/04/2013.

fronteira fluida pleiteada[2] à CNUDM e realçar a importância dessa enorme região marítima para o País. Esta iniciativa também teve o propósito de relembrar ao povo brasileiro a necessidade futura de suplantar os desafios de controlar, explorar, povoar e defender[3] a enorme área, tarefas estas diretamente relacionadas à Marinha do Brasil. As figuras 2 e 3 (ANEXO A) ilustram, respectivamente, tanto os limites pleiteados da "Amazônia Azul" quanto a difícil tarefa de monitorá-la e controlá-la.

Para suplantar esses desafios futuros, é preciso pois compreender a Amazônia Azul como uma área que possui especificidades e possíveis vulnerabilidades. Por exemplo, a soberania relativa que abrange a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC), contrária à ideia de soberania plena e ao conceito de *uti possidetis*[4], enseja já uma notável diferença entre o processo necessário para consolidar essa fronteira fluida e o processo que foi utilizado pelo País, ao longo de sua história, para consolidar a sua fronteira terrestre.

E neste aspecto, identificar as vulnerabilidades da "Amazônia Azul" e reduzí-las de forma pró-ativa torna-se fundamental para a Marinha do Brasil (MB), elemento principal da soberania brasileira no mar e braço articulado da diplomacia neste mesmo ambiente.

Portanto, este trabalho estudará a "Amazônia Azul" como uma fronteira e se utilizará do seguinte caminho: no Capítulo Dois, identificará as dificuldades vivenciadas pelo País para consolidar as suas fronteiras terrestres e marítimas ao longo de sua História; no

---

2 De 2004 a 2007, a CLPC analisou a proposta brasileira e não concordou com a inclusão de 190.000 km² dos 960.000 km² pleiteados. O Brasil reapresentará a proposta revisada à CLPC em janeiro de 2014, quando justificará cientificamente o acréscimo daquela diferença, de forma a se homologar toda a área pleiteada.

3 O Embaixador Álvaro Teixeira Soares considera que as fronteiras terrestres devem ser desenvolvidas levando-se em conta essas quatro vertentes (SOARES, 1972, p. 18). Este autor entende ser possível extrapolar o conceito para as fronteiras marítimas, mediante suas peculiaridades.

4 *Uti possidetis (factus):* conceito que se traduz pelo direito à posse por haver o domínio de fato de um território. Oposto ao *uti possidetis juris*, que se traduz pelo direito legal, sem a necessidade de se ter o território ocupado (Ibdem, p.174).

Capítulo Três, aplicará os conceitos de uma teoria geopolítica consagrada, no caso a Teoria das Fímbrias, de N.J. Spykman, para identificar as vulnerabilidades atuais das fronteiras marítimas e terrestres brasileiras; o Capítulo Quatro comparará e classificará as vulnerabilidades identificadas nas duas fases anteriores quanto a vulnerabilidades internas ou externas, buscando identificar as especificidades da fronteira "Amazônia Azul", e; verificará se as vulnerabilidades estão sendo reduzidas no nível político, tendo por base a Política Nacional de Defesa (PND)[5] e a Estratégia Nacional de Defesa (END), ocasião em que o autor também opinará sobre o resultado encontrado, e; o Capítulo Cinco sintetizará o estudo, evidenciando os principais aspectos do resultado obtido.

Complementarmente, ao longo de todo o trabalho será enfatizada sempre que possível a importância passada e presente para o País do litoral (atualmente, da "Amazônia Azul"), notadamente sob os pontos de vista da integridade territorial, da dependência econômica brasileira e dos seus desafios futuros. Mediante a identificação dessa região estratégica vital, será construída a ideia de que a "Amazônia Azul" representa, em suma, a mais significativa concepção estratégica deste século derivada do amadurecimento do pensamento naval brasileiro, por corresponder à "anexação" ao Brasil, de forma pacífica, de uma enorme e rica área a ele adjacente.

Entretanto, ao aprofundar o estudo sobre a questão fronteiriça, este trabalho estará limitado a identificar as vulnerabilidades da "Amazônia Azul" apenas segundo a vertente Soberania, uma das quatro vertentes[6] de estudo que a Marinha do Brasil definiu para aquela

---

5

Aprovada em 2008, a Política de Defesa Nacional (PDN) será substituída pela Política Nacional de Defesa (PND), elaborada em 2012 e em fase de apreciação pelo Congresso Nacional. A alteração de nomes deve-se basicamente ao fato da PND passar a considerar a Segurança e a Defesa do Brasil como um problema de todos os brasileiros. Neste trabalho, o autor utilizará a PND, a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

6

A MB considera quatro vertentes de estudo da Amazônia Azul: econômica, ambiental, científica e soberania. Extraído de http:\\www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/htm/vertentes_soberania.html. Acesso em 05/04/2013.

área marítima. Quanto ao método, esta pesquisa será descritiva, qualitativa, documental e exploratória.

A questão é relevante e de ordem teórica e prática. Espera-se que o trabalho apresente um enfoque atual e naval dessa fronteira marítima recentemente demarcada.

2 AS VULNERABILIDADES HISTÓRICAS DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

A atual Constituição Brasileira de 1988 apresenta, no seu Preâmbulo, que o Brasil buscará a solução de controvérsias de forma pacífica (BRASIL, 1988). Coerentemente com esse pensamento, os documentos constitutivos da Política Nacional de Defesa (PND) orientam o país para um relacionamento internacional colaborativo e cooperativo e enfatiza uma maior integração com os países da América do Sul, seu entorno estratégico (BRASIL, 2012).

No entanto, a história brasileira demonstra que nem sempre as alianças e os esforços diplomáticos foram suficientes para o estabelecimento das fronteiras com seus vizinhos de forma pacífica. Nos casos em que julgou que sua integridade territorial estava ameaçada, notadamente entre os séculos XVI a XIX, o estado brasileiro viu-se obrigado a empregar a força militar como instrumento último da política. Notadamente, em quase todos esses casos, pelas características geográficas e pela forma como se deu a ocupação territorial do país, a participação da Marinha do Brasil foi significativa.

Assim, este Capítulo buscará, inicialmente, relatar aspectos da História do Brasil relacionados com a demarcação das fronteiras territoriais do Descobrimento até o século XVIII, enfatizando a política territorial expansionista adotada pelos portugueses e a sua dependência do litoral. Em segundo, apontará os aspectos fundamentais da demarcação das fronteiras terrestres nos séculos XIX e XX, identificando-os com os esforços militares e diplomáticos realizados. Por último, apresentará aspectos históricos relevantes da formação da fronteira marítima brasileira até a criação do conceito de “Amazônia Azul”.

Além disso, abordará as mudanças de paradigmas ocorridas no pensamento estratégico naval brasileiro: desde o esboço do pensamento naval estratégico expansionista deixado como herança pelos portugueses até a elaboração de um pensamento estratégico

naval próprio e consoante com a modernidade. Tal descrição enfatizará aspectos históricos e geopolíticos, assinalando a importância da Marinha do Brasil nesse período e a existência de uma relativa dicotomia entre a política governamental executada pelo país e a reduzida capacidade do seu Poder Militar.

Finalmente, apresentará como se deu a delimitação da fronteira marítima e demonstrará que a definição de Amazônia Azul advém do amadurecimento e da aplicação[7] do pensamento estratégico naval brasileiro. Neste caso, a "Amazônia Azul" representa para o Brasil a "anexação", de forma pacífica, de uma imensa região a explorar e que, da mesma forma que no passado, trará os desafios de ocupação e exploração anteriormente vividos pelo País, incluindo-se neste arcabouço, a possibilidade de conflitos futuros.

2.1 **A herança portuguesa: a delimitação inicial das fronteiras**

Em 1500, a **Ilha** Brasilis[8] foi descoberta. Somando-se ao périplo africano, o episódio significou ao português um esforço tecnológico comparável ao da chegada, mais tarde, do homem à Lua, com uma extraordinária diferença: a rentabilidade da viagem. E se a rica terra descoberta garantiu riqueza quase imediata, impôs a Portugal a obrigação de controlá-la, povoá-la, explorá-la e defendê-la de seus invasores.

O Tratado de Tordesilhas (1494) demarcou virtualmente as primeiras fronteiras na América do Sul, antes mesmo de Portugal oficializar a descoberta da Terra de Santa Cruz. Este Tratado permitia aos portugueses ocupar terras que, "coincidentemente", iam desde a foz do Rio Amazonas até Laguna (Estado de Santa Catarina), próximo do Rio da Prata.

7 De acordo com a Taxonomia de Bloom, a palavra "aplicação" corresponde à capacidade de extrapolar o conhecimento, ou seja, algo mais do que simplesmente conhecer e compreender.

8 Grifo nosso.

Citou o professor Frota que:

> Apesar de ter prevalecido, durante muito tempo, a teoria da casualidade, hoje não se aceita a descoberta por mero acidente. Havia muito tempo, desde a época do Infante, que os portugueses realizavam viagens para o Ocidente, envolvidas numa política de segredo, justificável por causa da concorrência comercial (FROTA, 2000, p. 31).

Desse modo, é possível compreender que os portugueses se utilizaram de todo o conhecimento técnico cartográfico que possuíam e de grande astúcia diplomática para demarcar a primeira fronteira terrestre brasileira.

Além disso, Frota esclareceu que Portugal considerava que a demarcação dessa nova fronteira era uma questão político-militar, associando-a ao uso do seu Poder Naval :

> [...] até de pressão militar sobre a Espanha para definirem um meridiano mais favorável. [...] D. João II não se conformou [....] Apelou, então, para a ameaça, aparelhando forte esquadra que disputaria, pelas armas, as terras descobertas." (FROTA, 2000, p. 25).

Tendo em vista os interesses maiores de Portugal nas riquezas das Índias e o sucesso espanhol em descobrir riquezas na sua parte das Américas, o Brasil viveu um período pré-colonial de 30 anos sem que houvesse um planejamento de ocupação e exploração. As expedições exploratórias de então permitiram à Coroa portuguesa decidir pela implantação das Capitanias Hereditárias em 1534. A subdivisão do território em faixas horizontais ilustrava a forte presença, em Portugal, de um pensamento estratégico eminentemente naval e exploratório, visto que os donatários foram obrigados a possuir ao menos um porto em cada um desses territórios, para sua ligação com a Metrópole (VIDIGAL et al, 2006, p.25).

A União Ibérica (1580-1640) permitiu, logo em seguida, que os limites de Tordesilhas fossem ignorados pelas Bandeiras, que fomentaram a ocupação das regiões setentrionais da nova terra desde a foz do Amazonas, ao norte, até a foz do Rio da Prata, ao sul.

Sempre com uma visão expansionista do território, Portugal elaborou um pensamento político-estratégico que, mesmo antes de 1640, considerava já a futura separação das coroas portuguesa e espanhola. Relatou Moniz Bandeira:

> A fundação da Colônia de Sacramento, como projeto do Estado português longamente estudado e amadurecido, constituiu o desdobramento, em nível oficial, dos esforços que os luso-brasileiros, por meios das bandeiras, empreenderam, desde pelo menos 1636 e intensificaram, sobretudo a partir da rebelião contra a Espanha, para efetivarem sua presença na Bacia do Prata [...] (BANDEIRA, 1998, p.32).

Naquela época, Portugal ainda não possuía a intenção de utilizar os rios como fronteiras do futuro território brasileiro e foi sim o mercantilismo que serviu de propulsor ao expansionismo luso-brasileiro em todas as direções:

> [...] o domínio dos grandes rios ou, de pelo menos, de uma de suas vertentes importava mais para os portugueses porque representava o controle das vias de navegação e, consequentemente, do comércio. As fronteiras naturais, *omnia praeclara*, eram aquelas que, de acordo com as necessidades de modo da produção, o movimento dos negócios desenhava [...] Esta tendência, sofreada apenas onde e quando arrostasse obstáculos mais fortes[...] Em 1616, então sob a hegemonia de Madri, os portugueses instalaram-se na foz do Amazonas, onde ergueram o Forte do Presépio, que daria origem à cidade de Belém do Pará, com o propósito de evitar que os holandeses e os ingleses se apoderassem da região (Ibdem, p. 33).

Dessa forma, as preocupações de Portugal com a ocupação territorial e a manutenção das linhas de comunicação com o interior em suas terras sul-americanas atingiram o século XVIII. Não obstante, os esforços militares luso-brasileiros foram compensados pela diplomacia portuguesa que, estabelecendo um padrão enxadrezado de aliança[9], envolveu a Inglaterra nas resoluções de conflitos com espanhóis no sul e franceses no norte:

> No século XVIII, [...] a penetração portuguesa na Amazônia prosseguiu, facilitada pela sua vasta rede fluvial, apesar de que os franceses, já senhores de uma extensa

9

Joseph S. Nye Jr. apresentou que este tipo de padrão de alianças foi historicamente utilizado pelos estados indianos em 3 a. C. e pelas cidades-estado italianas, no século XV. Este padrão consiste de uma aliança de um país em uma dada região com um ou mais países distantes, visando sua proteção de inimigos próximos (NYE, 2002). Henry Kissinger, por sua vez, identificou tal comportamento como um padrão asiático (KISSINGER, 2011, Cap. 5-7).

> área, a tentassem impedir. [...] a Inglaterra, a fim de alijar a França da região, conseguiu negociar, em 1713, o Tratado de Utrecht, fazendo com que ela reconhecesse a soberania de Portugal sobre a Amazônia e se conformasse com somente a faixa que margeava o Oiapoque.[...] A dilatação dos limites da América portuguesa, em outras palavras, consolidou-se à medida que, com a sujeição de Lisboa, conveio aos interesses comerciais e políticos da Inglaterra em luta contra a Espanha e França (Ibdem, p. 34).

No entanto, a política de influência exercida pela Inglaterra[10] na região, calcada no interesse econômico, não apoiou a ocupação da Província Cisplatina nem mesmo quando o Brasil se tornou independente. Neste caso, de nada valeu a aliança com aquele país para garantir o acesso pelo Rio da Prata (VIDIGAL, 1983; BANDEIRA, 1998).

Então, considerando-se a importância que o Rio da Prata e os rios Paraná e Paraguai possuíam para manutenção da ocupação da zona central e para o controle do escoamento das riquezas de toda a região Centro-Sul do Vice-Reino, as fronteiras desde a foz do Rio da Prata até então os limites com a hoje Bolívia foram decididas por uma sucessão de conflitos que se iniciaram no século XVII e se estenderam até o século XIX, todos com participação expressiva do Poder Naval brasileiro[11].

Um outro importante fator que possibilitou a manutenção do domínio português sobre a costa brasileira foi a interdependência existente entre a costa brasileira e a africana. Explicou Boxer, citado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Mello de Almeida:

> A ligação entre os "vértices" brasileiro e africano, no entanto, ia além dos aspectos comerciais. A posição estratégica privilegiada do Brasil em relação à costa ocidental da África conferia a Portugal capacidade ímpar de projeção de poder sobre aquele continente. Em contrapartida, o controle de ilhas oceânicas e pontos de suprimento na África atlântica contribuía para a defesa da colônia brasileira. Esta capacidade de apoio mútuo permitiu que as colônias atlânticas resistissem eficazmente a trinta anos

---

10 Até então, os acontecimentos mundiais na Europa e a aliança política com a Inglaterra favorecera e permitira, de forma oportunista e extraordinária, a continuada expansão do território português.

11 Até 1750, o envolvimento do país em conflitos fronteiriços, notadamente na área da foz do Rio da Prata, apontou para os interesses que foram inegociáveis para o Poder Político português, ou seja, que apresentaram-se como fundamentais para a existência do Brasil. Este caso demonstrou historicamente que a dependência da aliança com a Inglaterra foi insuficiente para garantir os interesses vitais do Brasil e ilustra perfeitamente o conceito de "Aliança" idealizado por N.J. Spykman (Cf. p.33 deste trabalho).

> de assédio holandês, no século XVII (BOXER, 2002, p. 126-127[12]), destino diferente ao das possessões lusitanas no Índico (MELLO DE ALMEIDA, 2011, p. 20).

Em meados do século XVIII, a assinatura do Tratado de Madri (1750) correspondeu à materialização de todo o esforço luso-brasileiro em controlar, povoar, explorar e defender o então território do Vice-Reino, uma vez que projetou um perímetro de território muito próximo da silhueta atual do Brasil. O Tratado, com vista a minimizar futuros conflitos, caracterizou-se pela demarcação de limites territoriais por meio do princípio do *uti possidetis* , "entrelaçando-o às fronteiras naturais onde possível" (SOARES, 1972). Mesmo assim, a assinatura do Tratado de Madri não alterou a política portuguesa expansionista, mas definiu um outro nível de prioridade para a defesa do imenso território demarcado. Resumiu o embaixador Teixeira Soares:

> Neste século XVIII o Brasil tem consciência da consolidação das suas fronteiras tanto na Amazônia, como no oeste e no Sul. Essa consolidação é uma tarefa essencialmente política; e, sendo política, é também militar. (SOARES, 1972, p. 53)

Cabe esclarecer que em quase todo o período entre os séculos XV e XVIII, o Poder Naval (ainda português) operou em duas frentes distintas, pois foi responsável pela manutenção das linhas de comunicação do litoral para o interior ribeirinho e atuou ativamente no litoral, nas ações de defesa e de integração territorial do País (VIDIGAL, 1983).

Então, a permanência prolongada de franceses e holandeses no território brasileiro em diferentes épocas permite compreender que o Poder Naval não estava inteiramente adequado às ambições políticas portuguesas então definidas como vitais. Desse modo, o trabalho de exploração e defesa territorial do Brasil foi realizado pelo Poder Militar, dividido entre a Esquadra e os colonos, estes mediante suas vontades, seus recursos e seus próprios riscos.

12

BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1. reimp.). 442 p.

Apesar disso, foi possível distinguir que a visão expansionista que perdurou até o final do século XVIII correspondeu perfeitamente ao delineamento dos objetivos nacionais do Poder Político de então, inicialmente delineados por Portugal e, posteriormente, pelo Império.

2.1.1 Síntese

Por tudo isso, conclui-se que a política portuguesa aplicada ao Brasil foi tipicamente expansionista do descobrimento do Brasil até o final do século XVIII, tendo como pilares a ocupação territorial exploratória a partir do litoral, a diplomacia (representada por um padrão de alianças enxadrezadas) e o uso do Poder Naval em apoio à estratégia de ocupação territorial.

Além disso, essa política foi delineada por uma mentalidade marítima arraigada, pela manutenção das linhas de comunicação marítimas vitais entre as áreas ocupadas e o centro político e, finalmente, pela integridade territorial. Para cumprir os objetivos da política executada naquele período, pode-se também concluir que o Poder Naval estava dimensionado aquém da necessidade, uma vez que foi insuficiente para defender os interesses de forma plena em duas frentes distintas de interesse: ao sul, representada pela foz do Rio da Prata; ao norte, representada pela foz do rio Amazonas.

2.2 **A delimitação das fronteiras no século XIX**

O século XIX caracterizou-se, tal qual os anteriores, como um período de expansão territorial. Notadamente na região Norte, o Brasil aproveitou oportunidades situacionais para anexar áreas. No entanto, de forma a garantir as linhas de comunicações para

o interior de Mato Grosso a partir do Rio da Prata e defender seus interesses estratégicos vitais no Centro-Oeste, o País também se envolveu nos mais importantes conflitos internacionais de sua história[13]. Esses conflitos, sem exceção, estiveram intrinsicamente relacionados com a obtenção da hegemonia naval mundial pela Grã-Bretanha[14] e com o interesse do poder político brasileiro, à época, de consolidar a ocupação de espaços vitais nas regiões de fronteira mais ameaçadas. A notável participação da Marinha do Brasil nos eventos acima mencionados é prova inconteste da mentalidade marítima herdada dos séculos anteriores.

O primeiro evento marcante daquele século, que se caracterizou como uma oportunidade, relacionou-se com o reposicionamento dos franceses na região amazônica. Tão logo estabelecido no Brasil, D. João VI utilizou-se do conflito com Napoleão para invadir a Guiana Francesa, ocupando Caiena (1809). Esta ação militar naval realizada a partir da costa atlântica permitiu conter o avanço francês (e inglês[15]) na região da foz do rio Amazonas e levar a fronteira terrestre do país, ao norte, até o rio Oiapoque. De forma complementar, D. João VI utilizou-se "[...] do escudo articulado pela aliança estabelecida com a Grã-Bretanha para ratificar a nova zona de fronteira com a França." (FROTA, 2000, p. 236).

13

Diferentemente das duas Grandes Guerras (século XX), onde os combates envolvendo o País ocorreram no mar e na Itália, a Campanha Cisplatina (1825-1828) e a Guerra do Paraguai (1864-1870) colocaram em risco a integridade territorial brasileira.

14

A partir do momento em que a Grã-Bretanha assumiu a hegemonia marítima no mundo e sobrepujou a França, extinguiu-se a possibilidade do Império se utilizar da política de alianças enxadrezadas. Ao contrário, a Grã-Bretanha atuou militarmente e economicamente na América do Sul em defesa dos seus interesses. Por exemplo, beneficiou-se das guerras na região (exportação de navios de guerra) e da abolição da escravatura no Brasil (VIDIGAL, 1983, p. 6-52 passim)..

15

Explica o embaixador Teixeira Soares que essa atitude portuguesa inibiu a presença inglesa na região, uma vez que a sua hegemonia nos mares não fora ainda consolidada e a Europa estava ocupada com a expansão francesa. Mesmo assim, cabe ressaltar que em 1806 e 1810, a Grã-Bratanha fora derrotada em suas tentativas de ocupar, respectivamente, Buenos Aires e a Ilha de Santa Catarina (SOARES, 1972, p. 74-76).

A Independência do Brasil (1822) corresponde ao segundo fato histórico relevante no século XIX. O almirante Vidigal explicou a relevância da Marinha do Brasil para a consolidação da Independência, uma vez que o País era absolutamente dependente do mar:

> O Brasil era, basicamente, uma sequencia de cidades litorâneas [...] a Marinha veio ainda reforçar o poder central [...], sendo, pois, o mais importante fator de unidade nacional, nessa fase em que era, ainda, incipiente o conceito de nacionalidade brasileira (VIDIGAL, 1983, p. 2 e 11, passim).

É fato merecedor de destaque que, após o abafamento das crises internas relacionadas com a formação do Império, Lord Cochrane[16] sugeriu a concepção de uma Marinha voltada exclusivamente para a defesa da área sul do Atlântico Sul, obviamente não aceita pelo Império. Tal recusa evidenciou que, apesar da percepção de ameaça ser maior a sul e a oeste[17], o Poder Político brasileiro reconhecia a importância de todo o litoral atlântico para a defesa territorial e ratificava um pensamento estratégico naval que identificava como vitais duas áreas marítimas geograficamente opostas: a foz do Rio da Prata, ao sul, e a foz do rio Amazonas, ao norte (VIDIGAL,1983, p.12).

Como terceiro fato histórico marcante a mencionar daquele século, as Províncias do entorno brasileiro tornaram-se independentes da Espanha, trazendo ao Brasil a necessidade quase imediata de demarcar e consolidar suas fronteiras terrestres com um conjunto de novos vizinhos. O Brasil então iniciou naquele mesmo século o processo de demarcação de fronteiras mediante um árduo esforço diplomático. Uma série de iniciativas foram tomadas para demarcar as fronteiras, integrar e estabilizar politicamente os vizinhos e afastar possíveis intervenções regionais de países exógenos da região sul-americana (SOARES, 1972).

16

Thomas Alexander Cochrane (1775-1860), também conhecido como Lord Cochrane ou Marquês do Maranhão, escocês e oficial da Royal Navy, foi contratado pelo Brasil-Império para auxiliar nas lutas contra Portugal após a declaração de Independência. Disponível em <http://www.militaryhistory.about.com>. Acesso em 26/06/2013.

17

Aponta o embaixador Álvaro Teixeira Soares que já no século XVII, Potosi (no Alto Peru) possuía cerca de 100.000 aventureiros que exploravam a prata e constituíam uma ameaça permanente para os consolidadores da fronteira oeste brasileira (Ibdem, p. 52).

Inicialmente, como produto inexorável qualidade da Diplomacia brasileira, o conceito de *uti possidetis* prevaleceu em quase todas as negociações sobre as fronteiras brasileiras naquele século, quando a hipótese de implementação dos limites imaginados no Tratado de Santo Ildefonso foi definitivamente abandonada[18]. Para isso, o enorme conhecimento técnico de cartografia herdado pelos brasileiros dos portugueses foi a ferramenta elementar de apoio à decisão e que, na maior parte dos casos, validou os pleitos do Brasil (Ibdem, p. 138, 139 e 173).

Além disso, de forma a eliminar a presença dos EUA e Grã-Bretanha na região central sul-americana, o Brasil estabeleceu tratados de comércio e navegação fluvial, que visivelmente favoreceram Peru, Bolívia, Colômbia e Paraguai a estreitarem os laços com o País e que complementaram os acordos que demarcaram as fronteiras. Especialmente com Colômbia, Peru e Bolívia, esses tratados inibiram momentaneamente as pressões de companhias estadudinenses sobre a internacionalização da navegação na Amazônia e a entrada do Bolivian Syndicate em solo boliviano[19]. Ao citar um trecho do despacho do conselheiro brasileiro J. M. Nascentes de Azambuja, em 1855, citou Teixeira Soares:

> A influência norte-americana não deixou de aproveitar os elementos que encontrou para contrariar a política do Brasil. Fatos posteriores [...] conformaram-me nesta persuasão (SOARES, 1972, p. 144).

Da mesma forma, o mesmo esforço brasileiro foi realizado em relação ao cone sul, onde tratados de Amizade, Comércio e Navegação foram assinados com Argentina e Uruguai, reduzindo tensões regionais na bacia do Paraguai-Paraná[20].

18

A certeza dos pleitos (representada pela insistência das representações diplomáticas em demarcar rapidamente as fronteiras) e a presença das comissões de demarcação (compostas de militares e civis) nos locais litigiosos foram aspectos decisivos que, em complemento ao conceito do *uti possidetis*, favoreceram o Brasil nas negociações (Ibdem).

19

Ibdem, p.144-145 e 237-239.

20

Ibdem, p.290 e 337.

Os investimentos do Banco Mauá no Uruguai na segunda metade do século XIX, quando aquele país atravessava uma guerra civil, e o continuado interesse pela construção de ferrovias em Mato Grosso que unissem as cidades brasileiras ao Paraguai e ao Sucre, na Bolívia, efetivadas parcialmente no início do século seguinte[21], demonstraram o interesse brasileiro pela integração pacífica regional desde aquele período.

Finalmente, o Brasil foi elemento relevante nas negociações que marcaram o final da Guerra do Paraguai (1864-1870)[22] quando formalizou o interesse pela preservação do território do Paraguai, a despeito do resultado e dos prejuízos que o conflito havia gerado à Argentina, Uruguai e ao próprio Brasil.

Após a Guerra, a Diplomacia brasileira trabalhou exaustivamente para evitar situações de múltiplo arbitramento atinentes a questões de demarcação das fronteiras na Bacia Amazônica. Explicou Teixeira Soares:

> Estes precedentes históricos, pouco conhecidos do "grande público", são altamente interessantes e demonstram a coerência da Chancelaria brasileira, tanto o tempo do Império quanto na República, ao esquivar-se a participar de propostas de tríplice ou múltiplo arbitramento para estabelecer demarcação de limites na bacia amazônica. [...] A verdade era a seguinte: se os países vizinhos e integrantes da Bacia amazônica não se entendiam entre si, por que motivo iriam resolver o seu desacordo maciçamente contra o Brasil? Se o Governo Imperial houvesse aceitado essa proposta de tríplice ou múltiplo arbitramento, iria assistir à formação de uma frente unida hispano-americana contra os interesses brasileiros na Amazônia (Ibdem, p. 187-188).

Da mesma forma, a criação da Flotilha do Amazonas logo após o término da Guerra do Paraguai ratificou o interesse nacional pela região Norte brasileira e representou uma forma de dissuadir os vizinhos das fronteiras terrestres amazônicas (Ibdem, p. 6-52).

Por sua vez, a dívida externa adquirida pelo Brasil durante as guerras Cisplatina e Paraguai e as transformações sociais e tecnológicas avassaladoras ocorridas na segunda

---

21 Ibdem, p.227-228 e 280.

22 No século XX, por ocasião do final da Guerra do Chaco (1932-1935) entre Bolívia e Paraguai, o Brasil adotou a mesma postura (SOARES, 1972).

metade do século XIX fizeram com que o Governo brasileiro gradativamente deixasse de privilegiar as Forças Armadas (VIDIGAL, 1983).

Da mesma forma, a política expansionista vivida nos séculos anteriores, que privilegiava a Marinha, começou a ser abandonada e substituída por uma política de coesão territorial, tipicamente voltada para a defesa e o abafamento de novos conflitos internos advindos com a República[23] (1889):

> A velocidade do avanço do mundo, causado pela revolução industrial no século XIX, superou em muito, todavia, a capacidade de acompanhamento de um Brasil agrícola. Por outro lado, a nação defrontou-se com o problema de consolidar seus territórios interiores e negociar fronteiras. Os poucos recursos da economia nacional tiveram que ser distribuídos, por um longo período, entre as oportunidades de investimento delineadas pela mentalidade marítima e a emergência de nossa consolidação territorial, a que podemos, em contrapartida, chamar de mentalidade terrestre[24] (VIDIGAL et al, 2006, p. 27).

Por isso o modelo expansionista foi definitivamente abandonado logo no início do século XX, após a consolidação das fronteiras terrestres e a tentativa estatal de implementar a Esquadra de 1910[25] sem uma base industrial equivalente.

Com o avanço na demarcação das fronteiras terrestres obtidos pelo Governo Federal do Brasil já no início do século XX e a proporcional redução da percepção de ameaça

---

23

De 1893 a 1902, o Brasil viveu um período de grande instabilidade política e econômica. A Revolta da Armada (1893), a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893), a ocupação temporária de Trindade pelos ingleses (1895) e a Campanha de Canudos (1896-1897) ilustram o período de crises. Em 1902, a alteração do quadro econômico permite redefir metas para as suas Forças Armadas (VIDIGAL, 1983, p.77-83 passim).

24

Por este autor, entenda-se "mentalidade terrestre" como uma mentalidade voltada para o desenvolvimento econômico e social, não necessariamente coadunada com o estabelecimento de uma Força Terrestre hegemônica. De acordo com o almirante Alípio Jorge, França e Rússia vivenciaram o mesmo problema a partir do século XVIII e, devido a alta percepção de ameaça, somente consideraram este problema reduzido quando adquiriram a tecnologia do artefato nuclear, algo desconsiderado pelo Brasil (SILVA, 2007).

25

Segundo Vidigal, em 1906, aproveitando-se do bom desempenho econômico, o País elaborou um plano de reaparelhamento da Esquadra que compreendia a aquisição no exterior de 19 navios. Até 1912, a MB recebeu 14 navios. No entanto, a ausência no País de uma estrutura industrial e logística compatível impactou sobremaneira na disponibilidade desses navios.Por conta disso, essa Esquadra ficou conhecida como "Esquadra Branca" (VIDIGAL, 1983, p.86-87).

nacional, o Brasil estabeleceu uma cômoda relação de dependência militar e política dos EUA já na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o que será demonstrado a seguir.

2.2.1 Síntese

Ao relembrar os fatos históricos do século XIX, conclui-se que os conflitos no Uruguai e Paraguai[26] representaram momentos em que o Brasil considerou que a sua integridade territorial estava ameaçada e ilustram, respectivamente, dois momentos distintos da Política brasileira para as fronteiras: o primeiro, a continuidade da política expansionista elaborada no século anterior e, o segundo, a preocupação maior com a manutenção do território definido pelo Tratado de Madri.

Nesses dois exemplos, as medidas diplomáticas por si só não foram suficientes para satisfazerem os interesses do Estado brasileiro e o Poder Militar nacional esteve aquém da necessidade para dissuadir.

Por outro lado, no período, essa gradativa alteração de orientação política brasileira incentivou diversas iniciativas para a integração sul-americana, executadas para reduzirem-se as vulnerabilidades fronteiriças e para evitar-se a entrada de estados exógenos na região.

Além disso, o século XIX também evidenciou a importância do Rio da Prata e do rio Amazonas para o acesso ao interior brasileiro.

Finalmente, as restrições orçamentárias decorrentes das guerras, o atraso tecnológico evidenciado no final do século XIX e as revoltas internas vivenciadas após a República contribuíram sobremaneira para que o País enterrasse definitivamente um

---

26 A fronteira com o Paraguai foi demarcada de 1872 a 1874 (SOARES, 1972, p.282).

paradigma expansionista e buscasse cada vez mais consolidar suas fronteiras de forma pacífica, algo que atingirá o século XX.

2.3 **A delimitação das fronteiras nos séculos XX e XXI**

O Brasil entrou no século XX como saiu do anterior: sem excedentes de capital; atrasado tecnologicamente; com uma população inquieta; com suas cidades isoladas fisicamente (verdadeiras ilhas litorâneas); empregando suas Forças Armadas para o apaziguamento dos conflitos internos (VIDIGAL, 1983).

2.3.1 A delimitação das fronteiras terrestres no século XX

Como lembra o almirante Vidigal, "De 1902 a 1912, o País foi beneficiado por uma política fiscal interna responsável e pelo aumento dos preços do café e borracha nos mercados externos" (VIDIGAL, 1983, p.83). Em que pese o reaparelhamento da Esquadra brasileira não ter alavancado a industrialização, foi neste período que a Diplomacia encontrou respaldo para difíceis negociações fronteiriças [27](Ibdem, p. 77-83).

Representada pela ativa figura do Barão do Rio Branco e aproveitando-se da oportunidade de possuir um poder militar equiparado ao de Argentina e Chile, a Diplomacia brasileira deu andamento às tratativas do século anterior e definiu as fronteiras com Argentina

---

27

O paradigma expansionista nacional herdado dos portugueses e vivido nos séculos anteriores foi definitivamente quebrado a partir da segunda década do século XX, quando nosso Poder Militar ficou a reboque do desenvolvimento mundial (VIDIGAL, 1983). No entanto, apesar da defasagem econômica e tecnológica dos países mais evoluídos, o esforço empreendido para **o reaparelhamento de 1910 serviu, significativamente, para incentivar os acordos fronteiriços realizados na ocasião**.

(1901-1904), Bolívia (1903-1905), Peru (1903), Suriname (1906) e Colômbia (1928-1937) [28], bem como delineou no mesmo período as tratativas com Venezuela (1932-1972) e Guiana (1938) (SOARES, 1972).

Infelizmente, problemas internos contínuos no Brasil[29] e os tímidos avanços na área militar creditados aos períodos de acumulação de capital vividos pela alta ocasional dos preços das *commodities* não permitiram que o país chegasse às duas Grandes Guerras com uma capacidade militar condizente com a sua necessidade ou mesmo incorporasse, durante esses períodos, as tecnologias existentes (VIDIGAL, 1983).

Como consequência, durante as Grandes Guerras, as Forças Armadas brasileiras experimentaram grande dependência tecnológica e logística, desta vez, proveniente do alinhamento do Poder Político brasileiro com os Estados Unidos da América (VIDAL, 1960[30]). Esse alinhamento estabeleceu o mesmo tipo de dependência política (e militar) que o Brasil possuiu da Grã-Bretanha no século XVIII, quando na situação de Vice-Reino[31].

Por outro lado, como resultado da política externa norte-americana de equilíbrio e distribuição de poder[32] traçada para a América do Sul por todo esse período, o continente

---

28

Seguindo um modelo concebido no final da Guerra do Paraguai, o Brasil também demarcou as fronteiras com a Colômbia efetivando um acordo de Livre Navegação complementar. Pode-se dizer que esse acordo representa o novo paradigma da política brasileira: o da integração regional (SOARES, 1972, p. 167).

29

As revoltas internas que perduraram de 1890 a 1930 corresponderam a um grande desperdício de energias, recursos humanos e materiais, tão essenciais ao crescimento do País (CARVALHO, 1974).

30

Paulo Vidal foi ex-aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro e alistou-se no EB como voluntário para lutar na II Guerra Mundial. Como soldado e jornalista, lutou na Itália e foi também correspondente de guerra. Referência constante do acervo pessoal do autor, com edição limitada.

31

Segundo Vidigal, o Brasil assumiu uma dependência explícita e incômoda dos EUA desde 1922, quando foi contratada a Missão Naval Americana, com o intuito de atualizar o pessoal da MB. De 1952, data da assinatura do Acordo de Ajuda Militar entre o Governo e os EUA, até 1977, ano da denúncia do acordo pelo Governo Geisel, em que pese um maior intercâmbio tecnológico e militar, o País restringiu sua visão geopolítica e deixou de participar mais ativamente do processo decisor que envolvia o sistema internacional (VIDIGAL, 1983, p. 141-165).

mergulhou em um ambiente de aparente calma. Nesse ambiente, as fronteiras terrestres brasileiras foram consolidadas. A fronteira terrestre do Brasil com a Guiana Francesa foi demarcada em 1962 e a com a Venezuela em 1972 (SOARES, 1972).

Oportunamente, de 1950 a meados da década de 1970, o Brasil estabeleceu uma política de desenvolvimento econômico interno e priorizou a ocupação dos vazios interiores do Centro-Oeste e do Norte. Como resultado, eliminou cinquenta anos de atraso econômico e cerca de trinta anos de atraso tecnológico em áreas de conhecimento ostensivo. Nesse período, apesar de enfatizada nos estudos da Geopolítica nacional, a integração sul-americana ficou em segundo plano (MEIRA MATTOS, 2002).

Portanto, é possível concluir que a baixa percepção de ameaça sentida nas fronteiras brasileiras no período, o alinhamento com os EUA e a prioridade de industrialização permitiram ao País uma modificação econômica considerável por mais de trinta anos, até meados da década de 1970.

Além disso, as Conferências de Bretton Woods (1944) e de Yalta (1945)[33], com seus respectivos desdobramentos, produziram uma nova Ordem Internacional[34], novos atores internacionais, bem como passaram a exigir dos países uma nova forma de envolvimento com o mundo, agora, obrigatoriamente, segundo uma ótica global.

Acompanhando a evolução econômica, o País , como todos os outros países do planeta, adequou-se à nova Ordem Mundial estabelecida nas Conferências de Bretton Woods

---

A política norte-americana para a América Latina foi fundamentada no conceito de N. J. Spykman de Equilíbrio de Poder, no qual "equilíbrio (ou balanço) entre estados" significava "estados neutralizados". Com esta política, os EUA monitoraram os países de maior expressão militar na América do Sul por mais de 50 anos e atuaram ativamente segundo seus interesses, ora harmonizando expectativas, ora desestimulando os interesses desses Estados na região (SPYKMAN, 1942; VIDIGAL, 1983).

33

A Conferências de Bretton Woods definiu o modelo de reconstrução da Europa e a de Yalta buscou estabelecer uma nova Ordem Mundial pós-II Guerra Mundial (1938-1945).

34

"Ordem Internacional é o conjunto de normas, regras e instituições através das quais se procura atingir a estabilidade internacional, o equilíbrio entre as potências e a segurança do sistema internacional (SOUSA, 2008).

e de Yalta até meados de 1970. Particularmente, somente a partir de 1977, a Marinha do Brasil compreendeu a nova realidade e buscou evoluir o pensamento estratégico naval brasileiro de forma cada vez mais ortodoxa e científica, formalizando-o e compatibilizando-o com os objetivos nacionais oficiais (VIDIGAL, p.153-154).

O acompanhamento das transformações mundiais e o amadurecimento deste pensamento nas três décadas seguintes possibilitou à MB identificar a dependência econômica, cada vez maior do Brasil, da sua enorme área contígua à costa (ZEE e PC), de tamanho aproximado à "Amazônia Verde", atribuindo-lhe, por analogia, a partir de 2004, o nome de "Amazônia Azul", a última fronteira demarcada do País.

2.3.2 A demarcação da última fronteira: a Amazônia Azul

A demarcação das fronteiras marítimas seguiu um caminho próprio, resumidamente explicado por Teixeira Soares:

> [...] ao longo da História, os países buscaram definir um tamanho de Mar Territorial que correspondesse a uma percepção de segurança. Por isso, ele foi inicialmente estabelecido pelo alcance do canhão. Devido a evidência do incremento das atividades comerciais e econômicas marítimas no mundo, as larguras do MT seguiram aumentando segundo a evolução do Direito Internacional, passando de 3 para 6 e, depois, para 12 milhas (1956). Em 1958, com o objetivo de minimizar possíveis conflitos, a ONU realizou a primeira conferência com vista a definir os limites do MT, ZC, PC e Alto-Mar. Nessa Convenção, foram esboçadas as primeiras normas sobre a pesca e conservação dos recursos vivos do alto-mar. Seguindo uma tendência sul-americana, o Governo brasileiro estabeleceu a largura do MT em 200 milhas pelo Decreto-lei nº1.098, de 25 de março de 1970 (SOARES, 1972, p.369).

Historicamente, são vários os episódios marcantes que envolveram a "Amazônia Azul", muitos deles já citados anteriormente. No entanto, a tentativa de ocupação da Ilha da Trindade pelos Ingleses (1895), a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional por pressão norte-americana (séc. XIX)[35], a participação militar naval brasileira nas duas Grandes

35

Guerras (séc. XX) e a Guerra da Lagosta, na década de 1960[36], exemplificam de forma mais clara a dependência política e militar que o País possuiu dos EUA em quase todo o século XX.

Nos casos citados acima, a Diplomacia foi parte essencial do Estado brasileiro e foi decisiva para resolver as controvérsias em que estivemos em notável desvantagem militar, uma vulnerabilidade do País (SOARES, 1972; VIDIGAL, 1983).

De forma a minimizar esta vulnerabilidade, o Brasil buscou a adoção de uma trajetória independente a partir de meados da década de 1970, como explicou o almirante Vidigal:

> Indubitavelmente, a partir de 1977, a Marinha, pela primeira vez de forma plenamente consciente, formalizou, através de documentação adequada, sua concepção estratégica, em consonância com a Politica governamental [...] (VIDIGAL, 1983, p.153-154).

É porém merecedor de comentário que as crises econômicas vividas nas décadas de 1980 e 1990 não permitiram que o Brasil transformasse esse pensamento estratégico naval em uma realidade humana e material compatível.

No entanto, independentemente dessas crises, a Marinha do Brasil não se poupou em acompanhar os assuntos discutidos sobre o mar na CNUDM e em manter-se atualizada no campo das ideias, mantendo a consonância com a política conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com o avanço tecnológico militar (AMORIM, 2013; BITTENCOURT, 2013; WIEMER, 2013).

SOARES, 1972.

36 No início da década de 1960, a presença constante de barcos de pesca franceses na ZEE brasileira trouxe grande prejuízo à industria pesqueira nordestina da lagosta, que passou a conviver com o escasseamento do crustáceo. Em 1963, a apreensão de barcos de pesca franceses pela MB deu origem a um incidente que mobilizou os dois países. A França deslocou uma fragata para o Atlântico Sul para proteger os pesqueiros e a Marinha Brasileira deslocou para o Nordeste um cruzador e quatro contratorpedeiros da Esquadra, demonstrando à comunidade internacional que a questão era tratada em fórum interno como de grande relevância. (Disponível em <http://www.defesabr.com/historia/aguerradalagosta>. Acesso em 26/06/2013).

Neste sentido, a conceituação de "Amazônia Azul" foi produto do amadurecimento e da aplicação[37] do pensamento estratégico naval brasileiro, ou seja, da compreeensão das transformações que o mundo sofreu nas últimas quatro décadas. A "Amazônia Azul" representou para o Brasil a "anexação", de forma pacífica, de uma imensa região a explorar, que trará desafios futuros de ocupação, exploração e defesa.

Na medida em que a assimetria tecnológica entre os países representa uma maior capacidade de exploração e conhecimento do mar, que as rotas comerciais marítimas são cada vez mais importantes e que a Área[38] significa uma importante reserva mineral oceânica mundial, é compreensível que cada País não perceba a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) como um limite à sua Soberania, em que pese o consenso da sua aprovação em 1982. O aumento de pedidos dos países para exploração da Área e as tensões crescentes no Mar da China e no Ártico ilustram a questão[39] (BARBOSA JUNIOR et al, 2012; MATTOS, 2013).

Então, considerando-se as diferentes visões políticas e jurídicas sobre o mar e graus de dependência que os países possuem dos oceanos, controlar, povoar, explorar e defender a AAz significa, em outras palavras, torná-la uma fronteira viva e cunhá-la de uma identidade jurídica que o Brasil reconhece como historicamente vitoriosa na resolução de controvérsias territoriais: o *uti possidetis* (MATTOS, 2013; SOARES, 1972).

Uma economia cada vez mais dependente do mar e das linhas de comunicações marítimas e a demarcação da "última fronteira brasileira", exige, portanto, que a MB possua uma força naval moderna e corretamente dimensionada para monitorar, controlar, povoar e

37

De acordo com a Taxonomia de Bloom, a palavra "aplicação" corresponde à capacidade de extrapolar o conhecimento, ou seja, algo mais do que simplesmente conhecer e compreender.

38

"Área significa o leito do mar, os fundos marinhos, e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional." (BRASIL, 1995, p.2). Assim, a Área é uma região comum a todos os países.

39

BARBOSA JUNIOR et al, 2012, Cap. 3, p. 87-95.

defender a enorme área marítima brasileira e dar suporte aos interesses diplomáticos do Brasil segundo sua inserção econômica e política cada vez maior no mundo (AMORIM, 2013; SOARES, 1972; WIEMER, 2013).

3 AS VULNERABILIDADES ATUAIS DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

Este Capítulo busca identificar as vulnerabilidades das fronteiras terrestres e marítimas brasileiras a partir da aplicação de uma teoria geopolítica consagrada, a "Teoria das Fímbrias", de N. S. Spykman. Como contraponto, serão utilizados os conceitos do general Carlos de Meira Mattos, geopolítico brasileiro que evidenciou a expansão econômica brasileira a partir da integração regional do Centro-Norte brasileiro, esta ora em curso.

3.1 **A Teoria de N. J. Spykman**

No início do século XX, o geógrafo inglês H. J. Mackinder identificou que os povos nômades que habitavam a Rússia buscaram historicamente se expandir para leste e oeste em busca do mar, dada que as limitações geográficas impostas pela Sibéria, Himalaia e o Ártico impediam o acesso às linhas marítimas comerciais. A partir daí, conceituou *Heartland* como a enorme massa terrestre contínua formada pela Europa e pela Rússia e concluiu: "quem controla o leste europeu comanda o *Heartland*; quem controla o *Heartland* comanda a Ilha do Mundo (Eurásia), e quem controla a Ilha do Mundo comanda o mundo[40]" (ANEXO B). Assim, em 1904, aquela Teoria identificou a possibilidade do Reino Unido, como potência eminentemente naval, ser testado em um conflito de natureza anfíbia na Europa continental. Por isso, Mackinder sugeriu que o governo de seu Estado, à época, mantivesse uma diplomacia de entrelaçamento de alianças com França, Alemanha e Rússia, de modo a impedir a concretização do *Heartland* e o seu controle por um único Estado. Esta

---

40

"Who rules Eastern Europe commands the Heartland: Who rules the Heartland commands World-Island: Who rules the World-Island commands the world." (tradução nossa) (SPYKMAN, 1944, p. 43).

estratégia política foi efetivamente aplicada pelo Reino Unido durante as fases que antecederam as duas Guerras Mundiais (GM).

Utilizando como pressuposto a "Teoria do *Heartland*" criada por Mackinder, Nicholas J. Spykman, holandês naturalizado norte-americano, desenvolveu em 1944 a "Teoria das Fímbrias" (*Rimland*) com o objetivo de apresentar ao seu país uma alternativa para conter a provável expansão comunista representada pela Rússia, ao final da II Guerra Mundial.[41]

Spykman, lapidando o pensamento de Mackinder, observou que a contenção do poder continental russo deveria ser realizada em toda a periferia daquele estado, de forma a evitar que aquele país se constituísse na mais importante potência econômico-militar do planeta. Seu pensamento estava focado em evitar que a Rússia se tornasse uma potência econômica e militar marítima e resumiu sua "Teoria das Fímbrias" como: "quem controla a periferia (fímbria) comanda a Eurásia; quem comanda a Eurásia controla os destinos do mundo[42]" (ANEXO C).

Apesar de aparentemente haver pouca diferença entre a "Teoria do *Heartland"* e a "Teoria das Fímbrias", pode-se compreender que esta última pareceu ser mais abrangente do que a outra na medida em que propôs a contenção de um país em expansão (*heartland*) por seu oponente, primeiramente, por meio de ações indiretas aplicadas na periferia do país a conter e, em um segundo estágio, pelo confronto direto entre os dois Estados.

Pela forma objetiva de abordar a relação entre estados, Spykman identificou-se com a escola realista[43] da geopolítica norte-americana, surgida já antes da década de 1930 nos

41 Spykman, 1944, p.43.

42 "Who controls the Rimland rules Eurasia; who rules Eurasia controls the destinies of the world." (tradução nossa) (Ibdem, p.43).

43 Joseph S. Nye definiu realismo como uma teoria política do direito internacional onde os atores principais são os estados e operam seus interesses em um sistema anárquico. Desse modo, o poder e a guerra são

EUA (KISSINGER, 2011). Assim, Spykman apresentou como entendia a relação entre Estados e conceituou Poder:

> [...] a relação entre estados é anárquica e, em última instância, a vida civilizada repousa no Poder [...]. Nas Relações Internacionais, […], há três processos básicos de relação social entre estados: cooperação, acomodação e conflito [...]. A segurança de uma nação depende ultimamente da força que ela pode aplicar em sua defesa [...]. Poder significa sobrevivência, a habilidade de impor aos outros nossas vontades; a capacidade de ditar àqueles que não possuem poder nossas vontades e a possibilidade de forçar concessões àqueles que possuem menos poder (SPYKMAN, 1942, p. 11-18; Idem, 1944, p.3).

A partir da sua concepção de relação entre países, Spykman conceituou "equilíbrio de Poder":

> Balanço de Poder é a política de restringir o crescimento de outros estados próximos, que requer ações contra eles e contra estados mais longínquos [...] equilíbrio de poder é balanço de poder; balanço de poder é poder neutralizado (Idem, 1942, p.20-21).

Para aquele autor, outro conceito fundamental correspondeu ao que denominou de percepção de ameaça: "sensação de insegurança percebida a partir do crescimento de um outro estado de forma a alterar o *status quo* de poder".[44] Assim, Spykman identificou que a percepção de ameaça era algo diretamente proporcional à distância entre territórios de dois países antagônicos: quanto mais próximo fisicamente de um país em expansão, maior seria a percepção de ameaça pelos povos vizinhos.

Além disso, aquele autor entendeu "aliança" como uma união político-militar de caráter limitado. As alianças não liberariam um país da sua responsabilidade de manter a sua capacidade defensiva em um nível coerente com a sua percepção de ameaça. Assim, para Spykman "a aliança corresponde ao produto do exercício do poder político e seu propósito é obter a necessária margem de segurança no campo das ações."[45]

---

instrumentos perfeitamente aceitáveis para se alcançar os fins, objetivos políticos do estado (NYE, 2002, p. 5).

44 SPYKMAN, 1944, p. 22-24.

45

Da mesma forma, o autor definiu sua ideia de que "segurança é (era) a capacidade de garantir a sobrevivência de um povo e controlar e manter a integridade territorial do Estado desse povo."[46] Por fim, Spykman estabeleceu o importante conceito de zona de amortecimento (*buffer zone*):

> [...] havia a prática antiga de estados poderosos de proteger pequenos países na sua fronteira contra invasões de estados longínquos. Essa política de proteção dos 'estados amortecedores' é um desenvolvimento e avanço sobre aquele antigo tipo de defesa, que significa a criação de zonas especiais de fronteira. Não é uma prática altruísta, mas sim uma forma de auto-proteção (SPYKMAN, 1942, p.19).

Como geógrafo, considerou os seguintes fatores geográficos e econômicos fundamentais para se caracterizar o crescimento de um país: posição geográfica, relevo e clima, extensão territorial dos países, tamanho da população e densidade demográfica, capacidade da produção de energia, trabalho produzido, disponibilidade de água, produção de alimentos, tecnologia e linhas de comunicações marítimas (SPYKMAN, 1944, Cap.III).[47]

O modelo de contenção de Spykman divulgado no início da década de 1940 foi aperfeiçoado[48] e aplicado pelos Estados Unidos da América durante cerca de cinquenta anos, ao fim dos quais encerrou-se a chamada Guerra Fria, simbolizado pelo evento mundialmente conhecido como a queda do Muro de Berlim (1989). Recentemente, com a expansão político-econômica militar chinesa, os EUA voltam a valorizá-lo como uma possibilidade de estratégia militar de contenção norte-americana (KISSINGER, 2011; MEIRA MATTOS, 2002).

Ibdem, p. 22-24.

46

SPYKMAN, 1942, p.17 e Ibdem, p.22-23.

47

Spykman conceituou também o "homem temperado" como "aquele que seria o ser humano mais bem capacitado e adaptado a transformar o mundo e liderá-lo" (SPYKMAN, 1942). Este conceito foi abandonado por este autor neste estudo por tratar-se de um conceito não científico.

48

Alguns autores sugerem que a Teoria de Spykman foi aperfeiçoada por George Kennan e, então, serviu de pilar para orientar diversas decisões político-militares tomadas pelo governo norte-americano, tais como a entrada do país em conflitos como o da Coreia e do Vietnã (KISSINGER, 2011; MEIRA MATTOS, 2002).

Desse modo, sob o ponto de vista de um possível oponente, é possível aplicar a teoria consagrada de contenção de Spykman a qualquer país do mundo que esteja em expansão política, econômica ou militar de forma a se identificar suas vulnerabilidades e, agindo sobre elas, provocar uma mudança desse estado expansivo para um estado de retração.

3.2 **A contraposição do General Meira Mattos**

Como justa contraposição às ideias de Spykman, o estudo do general Carlos de Meira Mattos, geopolítico brasileiro, identificou a capacidade do Brasil ascender à potência mundial a partir do crescimento da região amazônica e da sua integração e cooperação com os países fronteiriços (MEIRA MATTOS, 2002).

Desse modo, estabeleceu dois importantes conceitos[49] a serem utilizados neste trabalho. No primeiro, Freitas (1999) sintetizou que o General conceituou "geopolítica Pan-Amazônica" como o estudo da segurança do Brasil com ênfase no desenvolvimento econômico e ocupação populacional da densa e uniforme floresta equatorial amazônica brasileira. Previu a ascensão do País à potência mundial a partir do crescimento econômico da região da floresta (Hileia) de forma cooperativa com os demais países que compunham o entorno amazônico.[50]

Da mesma forma, citou Freitas que Meira Mattos criou a ideia de "*Hinterland* multinacional" como uma região pan-amazônia a partir da qual o desenvolvimento econômico

---

49

Como franca oposição ao conceito de "homem temperado" de Spykman, o General também idealizou o conceito de "Homem Brasílico", que seria o homem mestiço, bandeirante, natural dos trópicos, capaz de dominar a floresta tropical e desenvolver economicamente a região da Hileia. Tal qual o "homem temperado" de Spykman, esse conceito não será utilizado neste trabalho senão para relacionar as duas teorias de formas antagônicas (FREITAS, 1999, Cap. III; MEIRA MATTOS, 2002).

50

Ibdem, Cap III.

e a ocupação populacional tomariam forma.[51] Assim, a expressão da expansão brasileira seria observada a partir do crescimento econômico da região Norte brasileira, por meio do fomento de políticas públicas de integração e cooperação político-econômicas com os Estados limítrofes amazônicos.

A partir dos conceitos acima apresentados, é possível evidenciar que o País, apesar de ainda não ter efetivado a "transformação cada vez maior do espaço natural em espaço artificial" (MEIRA MATTOS, 2002), isto é, a integração amazônica como imaginada pelo General, está alcançando uma posição de destaque político e econômico no cenário internacional, coerente com o seu tamanho continental (ANEXOS D e E). Os dados comparativos indicam também que o Brasil vem vencendo desafios internos econômicos de forma continuada e que, possívelmente em alguns anos, possuirá uma economia mais pujante que o Reino Unido e a França.[52]

Os índices constantes dos anexos permitem identificar que, dentre outros aspectos, a produção científica, medida pelo número de patentes geradas em um ano, não parece consistente com o estágio de desenvolvimento econômico nacional, espelhando uma vulnerabilidade. Comparativamente com os outros países selecionados, a industrialização brasileira parece ainda não ter alcançado um estágio de independência tecnológica do exterior.

No entanto, de uma forma geral, os dados ilustrados permitem compreender que a identificação das vulnerabilidades atuais das fronteiras brasileiras através da aplicação ao Brasil da "Teoria das Fímbrias" de Spykman em contraposição às ideias do General Meira Mattos se justifica no momento atual, uma vez que o País atravessa um período de expansão

---

51 Ibdem, Cap. III.

52 Os dados representam os fatores macroeconômicos spyknianos: extensão territorial; tamanho da população e densidade demográfica; capacidade da produção de energia e trabalho produzido (medidos pelo PIB, inflação e degradação ambiental); disponibilidade de água, produção de alimentos, tecnologia (medido em patentes).

econômica (que se reflete na política externa) relevante (AMORIM, 2013). A figura 7 ilustra as ideias do General e de Spykman aplicadas ao Brasil (ANEXO F).

3.3 **A Teoria de N.J. Spykman: o fator posição**

De acordo com Mackinder, a América do Sul, a América do Norte, a África Subsaariana e a Oceania comportavam-se como "ilhas periféricas[53]". Spykman entendeu que a "posição geográfica era o principal fator que se relacionava com o problema da segurança dos países"[54] e por meio dela, sugere uma percepção de ameaça para essas ilhas:

> [...] mesmo possuindo óbvias vantagens na questão da segurança territorial, os países posicionados nas ilhas periféricas não deveriam negligenciar suas seguranças e deixar de considerar o caráter dinâmico das relações internacionais e do equilíbrio de poder.[55]

A posição geográfica do Brasil reafirma o seu caráter de ilha continental (ANEXO G). O Brasil é o país com a maior extensão de costa na América do Sul apesar de possuir fronteiras marítimas laterais apenas com o Uruguai e a Guiana Francesa. Adicionalmente, a demarcação recente da "Amazônia Azul" definiu uma nova largura da fronteira marítima nacional e enfatizou as vulnerabilidades específicas do ambiente marinho.

Neste aspecto, inicialmente, é preciso relembrar que a CNUDM estabeleceu para a imensa área da ZEE da "Amazônia Azul" uma soberania relativa. O direito de passagem inocente de qualquer navio de bandeira estrangeira na ZEE brasileira; a possibilidade da execução da navegação de cabotagem por navios afretados de companhias estrangeiras na

---

53 Cf. figura 4 (ANEXO B).SPYKMAN, 1944, p.36.

54 SPYKMAN, 1944, p. 5-6.

55 SPYKMAN, 1942, p. 4.

costa; a obrigação de explorar os recursos vivos em sua plenitude, sob o risco de, em caso de não fazê-lo, ser obrigado a permitir que um outro país compartilhe desses recursos; a difícil normatização e aplicação da atividade de controle ambiental; a execução do controle econômico sobre a exploração da PC e a sua dependência do desenvolvimento científico correlato ao mar são exemplos de questões que, por si só, diferenciam as fronteiras terrestres das marítimas (BRASIL, 1995).

Assim, em síntese, isto significa que o direito de posse da ZEE somente é aplicável àqueles países que exercitam esse direito, o que obriga o Brasil a possuir a capacidade de controlar, explorar, povoar e defender[56] a fronteira marítima que demarcou e julga detentor.

Desse modo, é possível compreender que a defesa dos interesses na área marítima brasileira, ora comuns, ora antagônicos aos interesses de outros estados, devem estar respaldados por uma diplomacia atenta e eficiente e pela consistência do Poder Marítimo nacional.[57] A redução das eventuais vulnerabilidades advindas dessa soberania relativa e o cumprimento das responsabilidades da Convenção são essenciais para garantir a posse e o uso.

Como um segundo aspecto relevante, a "Amazônia Azul" inclui os arquipélagos de São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha e Trindade, de importância econômica, científica e militar para o País. Apesar de ainda não corresponderem na sua plenitude, logisticamente, a pontos que reduzem os comprimentos das linhas de comunicações marítimas e aéreas brasileiras, incorporam à AAz uma substancial área de ZEE e contribuem para a

---

56 SOARES, 1972, p. 18.

57 Poder Marítimo compõe-se do Poder Naval (MB), de parcela da Força Aérea Brasieira, da Marinha Mercante, das embarcações (pesca, turismo e passeio), estaleiros, portos, empresas do setor e pessoal (CAMINHA, 1980, p. 387).

projeção de poder do Brasil no Atlântico Sul, visto que são os pontos mais "amarados"[58] do território nacional.

Dois episódios recentes ilustram que os arquipélagos brasileiros proporcionam ao País projeção de poder sobre o Oceano Atlântico. Como primeiro evento histórico, o conflito armado entre Argentina e Reino Unido pelas Malvinas/Falklands em 1982 espelha o incômodo do país sul-americano com a presença de um outro estado tão próximo de seu território. A existência de uma única plataforma continental que interliga o litoral argentino àquele arquipélago aumenta a percepção de ameaça argentina e expõe a vulnerabilidade de ordem diplomática e militar advinda da perspectiva de uma exploração econômica futura dessa plataforma de maneira compartilhada com o próprio Reino Unido (BARBOSA JUNIOR et al, 2012).

De outro modo, a queda da aeronave comercial da Air France –Vôo 447, em junho de 2010, demonstrou, já em tempo de Paz, a importância de Fernando de Noronha como base de apoio logístico às operações de salvaguarda da vida humana no mar. Por esse evento, é possível compreender a importância estratégica diplomático-militar das ilhas para o País.

Em terceiro, é possível compreender que um arcabouço legal sobre determinado assunto esteja normalmente atrasado em relação à sua necessidade, visto que, naturalmente, as leis são geradas a partir das questões de cunho social que os novos assuntos provocam. Então, como explicam Gonçalves e Granziela, a recentemente criada "Amazônia Azul" "exige a

58

Gíria naval. Significa "pontos (no caso, as ilhas) no mar mais distantes de terra firme, do Continente".

construção de uma Governança[59] peculiar, que compreenda todas as suas vertentes[60] e se aplique sobre o território e as pessoas".

Como um exemplo de necessidade de aperfeiçoamento e de construção de uma Governança cada vez mais abrangente para a "Amazônia Azul", cita-se o fato de, em 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ter iniciado um processo de tombamento da Ilha de Trindade sem a opinião da Marinha, que lá coordenava diversas atividades científicas que, por sua vez, envolviam uma dezena de instituições nacionais.

Como outro exemplo, disse Rodrigo More que o Decreto nº 5.377, de 23/02/2005, que apresenta a Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM), subjetiva outra fragilidade relacionada à governança da "Amazônia Azul": a regulamentação depende diretamente do conhecimento tecnológico e científico que o Estado possui sobre o mar, sua ZEE e a sua PC[61]:

> Os conflitos de interesses jurídicos e políticos sobre os oceanos advém, em certa medida, da assimetria na produção, no acesso e na difusão do conhecimento técnico-científico sobre a extensão de suas riquezas.[62]

Assim, apesar da preocupação brasileira em normatizar uma política de uso do mar, a exploração e normatização desse mar requerem um contínuo acompanhamento das tecnologias e do ambiente jurídico que as envolvem. Por exemplo, a retirada de nódulos

---

59

Os autores conceituaram como Governança " a totalidade de maneiras pelas quais os indivíduos e instituições públicas e privadas administram seus problemas. A boa governança caracteriza-se pela existência de um arcabouço institucional, pela garantia da participação ampliada da sociedade, pela definição de todos os atores envolvidos e pela busca permanente do diálogo e do consenso" para a solução desses problemas (BARBOSA JUNIOR et al, 2012, p. 154-158).

60

A MB considera quatro vertentes de estudo da Amazônia Azul: econômica, ambiental, científica e soberania (Cf. nota nº 5).

61

BARBOSA JUNIOR et al, 2012, Cap. 10, p. 244.

62

Ibdem, Cap. 10, p. 238.

polimetálicos do fundo do mar da forma menos agressiva e poluente possível, prevista na Lei brasileira, pode ter reflexo direto sobre a Diplomacia nacional. O fato do Japão se tornar o primeiro país do mundo a conseguir extrair hidrato de metano do fundo do mar , produto de maior poder poluente, ilustra muito bem a ideia apresentada acima:

> Também chamado de gelo inflamável [...], até pouco tempo uma fonte de energia inalcançável [...] e uma incógnita ambiental [...]. O metano é um gás do efeito estufa mais potente, embora menos comum, do que o dióxido de carbono (O GLOBO, 2013).[63]

Rodrigo More também alerta que "[...] há natural possibilidade de conflitos pelas riquezas que o solo e subsolo oceanicos possuem." [64] Sua conclusão advém da ideia de que, apesar da Convenção ter sido aprovada por consenso, os países possuem diferentes pensamentos sobre o Direito sobre o mar.

Como exemplos, Japão, China, EUA e Rússia consideram que há áreas marítimas de interesse em todo o Mundo. O Chile, visando abranger seu domínio sobre a Antártica, admite a Teoria do Mar Preferencial; já a Argentina, de forma a evidenciar uma abrangência maior sobre a PC adjacente ao seu território (e que se une à PC das Malvinas/Falklands), admite a Teoria do Mar Continental; e a França expressa sua ideia de projeção sobre o mar com a Teoria denominada de 4I (imensidão, impermanência, inércia e isotropia). Todos estas teorias relativizam, de certo modo, as definições da CNUDM. [65]

Assim, a riqueza existente, a assimetria tecnológica de exploração e a importância econômica que cada país atribuiu à sua ZEE e PC já estão gerando uma espécie de corrida

---

63 Nova fonte de energia: gelo de fogo. O Globo. Rio de Janeiro, RJ, 13/03/2013. Seção Ciência. p.32.

64 BARBOSA JUNIOR et al, 2012, Cap. 8 e 10.

65 BARBOSA JUNIOR et al, 2012; MATTOS,2013.

colonialista para o mar, onde a demarcação de um espaço marítimo por um país caracteriza-se por uma correspondente restrição a outros países. Então, ao identificar-se o Brasil como uma ilha, pode-se concluir que a demarcação da "Amazônia Azul" pela MB correspondeu a uma significativa iniciativa de ordem diplomática do País neste século XXI, uma vez que assinalou a demarcação pacífica de um imenso território a explorar (BARBOSA JUNIOR et al, 2012, p. 238).

Da mesma forma, como mais um aspecto de interesse do caráter insular brasileiro, é possível identificar que a ocupação econômica e populacional atualmente existente na "Amazônia Azul" segue o mesmo padrão de distribuição que o do desenvolvimento econômico da massa continental. As regiões fronteiriças da AAz no Sul e Sudeste estão mais vivas que as regiões Nordeste e Norte, tanto pela exploração petrolífera e construção naval quanto pelo fluxo de tráfego mercante**.**

Então, a Governança, notadamente aquela voltada para as atitudes e decisões do Estado, pode ser o elemento de equilíbrio para o fomento nacional, direcionando a ocupação marítima para as áreas de interesse. Adicionalmente, é possível entender que a Governança na "Amazônia Azul" pode também contribuir para a materialização do sonho de integração da "Amazônia Verde", do General Meira Mattos.

Outra vulnerabilidade que o litoral expõe é que o Brasil não possui, no momento, uma Marinha Mercante significativa. E isto engloba duas vertentes de desenvolvimento da AAz. A primeira, óbvia, é a vertente econômica. A segunda, menos óbvia, corresponde ao "povoamento" brasileiro de seus mares e à mobilização militar, estas atinentes à vertente soberania. A dependência de navios estrangeiros para exportar e importar significa, em primeiro grau, estar vulnerável a ações indiretas de outros países sobre nossa economia e, em

segundo grau, em não possuir navios passíveis de serem mobilizados em caso de envolvimento em um conflito ou uma situação emergencial. [66]

Como outro aspecto torna-se importante citar que a "Amazônia Azul", como fronteira spykniana, apresenta também uma característica dicotômica (mas muito importante) quando comparada a uma fronteira terrestre. No caso específico de uma fronteira terrestre, movimentos antagônicos na fímbria brasileira podem aumentar a percepção de ameaça do povo, mas não caracterizam em si uma agressão. A agressão só se caracteriza então pela invasão territorial. Na "Amazônia Azul", porém, se por um lado a soberania é vista como relativa e a percepção de ameaça é quase que invisível, por outro, a tentativa de contenção indireta efetuada por um possível oponente contra o Brasil pode ser entendida como uma ação naturalmente conflitiva e direta.

A "Amazônia Azul" , então, parece ser território e fímbria ao mesmo tempo. Assim, a atuação não autorizada de um meio naval estrangeiro (que possuiria o direito de passagem inocente) na área brasileira pode tornar-se inequivocadamente uma agressão. Por exemplo, a criação de uma zona de exclusão na ZEE ou MT do Brasil, a execução de um embargo comercial aplicado por frota naval na costa, um bloqueio naval, a patrulha naval não autorizada, a varredura eletrônica, a emissão rádio ou o bloqueio eletrônico sobre terra, a utilização ou desembarque não autorizado em ilhas e a propaganda feita do mar contra o Brasil são situações conflitivas tipificadas na CNUDM. Daí, conclui-se que o controle da Amazônia Azul e a presença contínua de navios de guerra (e aeronaves militares) são as principais medidas que podem ser utilizadas pelo País para minimizar as ações indiretas ou diretas de um possível país oponente na fímbria marítima.

66

Ibdem, p. 260.Apenas 3% da frota mercante que opera atualmente em proveito do Brasil é efetivamente de bandeira brasileira.

Por isso, os navios de guerra e os meios aeronavais da Força Naval correspondem à presença militar na área de fronteira marítima, ou seja, à sua vivificação. A ação de presença inibe os crimes comuns tipificados nas legislações internacional e nacional, atividade que enquadra-se tipicamente na vertente soberania da AAz.

Como um último aspecto da posição geográfica "insular" do País, é possível distinguir que a Marinha do Brasil está determinada a controlar, povoar e defender a "Amazônia Azul", reduzindo eventuais vulnerabilidades advindas de falhas de governança, geradas internamente ou pela própria ausência de regras no sistema internacional.

O LEPLAC, o projeto de implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), a construção de Navios Patrulha de 500 toneladas e a aquisição de navios de 1800 toneladas, os Programas de Obtenção de Meios de Superfície e de Navios Aeródromos (PROSUPER e PRONAE) resumem uma expectativa de incremento de controle e presença naquela fronteira fluida tão vasta. O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), mais do que uma capacidade diplomática, representa a Soberania em sua última instância.

De outra forma, o Decreto Nº 5.377 citado anteriormente, autoriza a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) a implementar projetos de capacitação de pessoal e de pesquisa, inserindo-os nos Planos Plurianuais governamentais, algo que vêm ocorrendo com naturalidade desde 2005, data da sua entrada em vigor.

Finalmente, as criações da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (2008) e do Núcleo da Diretoria Gestão de Projetos Estratégicos da Marinha (2013) complementam esse esforço.

Assim, conclui-se que, segundo o conceito de posição de Spykman, o Brasil assemelha-se a uma ilha e, neste aspecto, a "Amazônia Azul" não está sujeita a soberania plena mas possui características intrínsicas do ambiente naval. Além disso, possibilitou

compreender que os arquipélagos e ilhas brasileiros na AAz possuem importância estratégica econômico-militar.

O estabelecimento e atualização de uma Governança específica e de um arcabouço jurídico próprio permitem ao Brasil eliminar eventuais vulnerabilidades da AAz e podem fomentar uma melhor distribuição dos recursos humanos e materiais na costa e no mar brasileiros.

Ainda, foi possível entender que o Brasil deve possuir uma diplomacia eficiente, respaldada por um Poder Marítimo compatível com a sua ambição política e com o tamanho e o crescimento econômico dessa AAz. Neste Poder marítimo, inclui-se o Poder Naval, expressão da diplomacia e soberania nacionais.

Finalmente, demonstrou-se que a Marinha do Brasil busca implementar a médio prazo programas e projetos importantes para incrementar o Poder Naval e, neste sentido, navios de guerra são essenciais para a execução plena da vertente Diplomacia, enquanto submarinos atendem à vertente Soberania em última instância.

Além de permitir consolidar a nova fronteira AAz, privilegiando o seu controle, povoamento e defesa, um Poder Naval adequado também se justificaria na medida em que ele se relaciona com o grau de independência (das ideias) que ele defende pela Diplomacia (BRASIL, 2012).

3.3.1 Oceanopolítica e cinco vertentes para a Amazônia Azul

Todas as questões imediatamente acima expostas e que envolvem o estudo da geografia dos oceanos, da Governança e diplomacia têm levado os Estados a, similarmente à Geopolítica, que é aplicada aos territórios, conceituarem Oceanopolítica. Assim, a "Amazônia Azul" está provocando a implantação no Brasil deste novo conceito (Ibdem, Cap. 9, p. 206).

Fazendo uma analogia ao conceito de Spykman para geopolítica, qual seja “o planejamento da segurança política de um país em termos de seus fatores geográficos que tem como fim a garantia da segurança de um povo e a sobrevivência do estado [...]” (SPYKMAN, 1944, p. 5), este autor arriscaria dizer que a oceanopolítica seria o planejamento da segurança política de um país em termos dos fatores morfológicos dos oceanos e das linhas de comunicações marítimas que um Estado pode utilizar “que tem como fim a sobrevivência do de um Estado” (SPYKMAN, 1942).

Além disso, em 2012, o Vice-Almirante Ilques Barbosa Junior sugeriu que a MB alterasse a quantidade de vertentes de estudo da AAz de quatro para cinco, subdividindo a vertente soberania em duas: diplomática e soberania. A característica intrínsica da AAz sob o ponto de vista da aplicação da teoria de Spykman permite então, finalmente, concordar com essa sugestão, evidenciando as cinco vertentes: econômica, ambiental, científica, Soberania Nacional e diplomática (Ibdem, Cap. 9).

Para o Vice-Almirante, a primeira vertente abordaria o espaço marítimo como fonte econômica, estudando temas como exploração e explotação de recursos minerais, pesca e transporte marítimo, entre outros. A segunda, abordaria temas relacionados à preservação do meio marinho, exploração racional dos recursos vivos e acordos internacionais associados ao desenvolvimento sustentável. A vertente científica incluiria os conhecimentos da ciência e tecnologia e os projetos e programas relacionados ao uso do mar (Ibdem, Cap. 9 passim).

A Soberania Nacional seria a vertente associada ao uso do mar pelo Estado como expressão da sua Segurança e da sua projeção de poder. Nesta vertente ainda estariam contidas as atividades de cooperação internacional, tais como o acompanhamento e controle do tráfego marítimo e o gerenciamento de linhas de comunicações marítimas, com enfoque voltado para a Segurança do pessoal e do material no mar.

Por fim, a vertente diplomática estaria relacionada ao controle das fronteiras marítimas, isto é, ao controle, povoamento e Defesa. Conforme o visualizado, até então, por este trabalho, a vertente diplomática atuaria com enfoque nas características intrínsicas existentes da AAz, uma região que ora percebe-se como fímbria, ora percebe-se como território. A vertente diplomática seria, por conseguinte, aquela que abrangeria o estabelecimento de uma Governança condizente com os objetivos políticos nacionais, o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil diante da comunidade mundial, a solução de controvérsias no ambiente marítimo e a utilização do Poder Naval como parte ativa do braço diplomático brasileiro (Ibdem, p. 223-230).

3.4 **A Teoria de N.J. SPYKMAN: os fatores relevo e clima**

A partir desses aspectos fundamentais do Continente insular e da fronteira marítima brasileira, pode-se estudar a América do Sul conforme outros dois importantes fatores geográficos utilizados por Spykman quando da criação da Teoria das Fímbrias: relevo e clima. Assim, considerando-se que o relevo foi o principal elemento que propiciou, historicamente, a divisão política da América do Sul, é possível identificar algumas importantes características regionais, abaixo elencadas.

Primeiramente, a Cordilheira dos Andes constitui à oeste uma barreira física notável à integração regional e, em alguns casos, divide países andinos em duas ou mais macro-regiões econômicas e culturais. Neste aspecto, a Bolívia, o Peru e a Colômbia são os estados que possuem os maiores desafios de integração territorial e desenvolvimento econômico e, por isso, suas fronteiras com o Brasil no Estado do Amazonas ainda são, na maior parte, fronteiras mortas, pouco povoadas e sem atividade econômica relevante (MEIRA MATTOS, 2002). Disse o embaixador Álvaro Teixeira Soares que uma “fronteira morta e

abandonada não constitui soberania"[67] e isto explica, em grande parte, porque essas fronteiras são pontos focais do narcotráfico, da guerrilha, do contrabando de veículos e armas, da imigração ilegal, de crimes ambientais, de problemas indígenas e do garimpo ilegal[68], vulnerabilidades persistentes da região.

A Cordilheira também formata outros três fenômenos de ordem político-econômica: o Peru e a Colômbia compõem uma fronteira diferenciada com o Brasil, pois possuem contato com o Oceano Pacífico; Chile e Equador estão quase que de forma exclusiva voltados economicamente para o Oceano Pacífico, e; o Paraguai e a Bolívia são, obrigatoriamente, política e economicamente integrados ao Brasil e à Argentina.

Em segundo, o relevo também favoreceu a expansão brasileira para oeste e norte, ao passo que a Cordilheira dificultou a ocupação regional hispânica no sentido oeste-leste. Então, considerando-se que o Brasil tornou-se o estado com a maior fronteira terrestre do Continente, incluíndo-se toda uma extensa área de clima tropical e de planícies na sua região Norte, a fronteira com a Guiana parece ser aquela que representa atualmente a maior vulnerabilidade geográfica-militar para o Brasil. Pouco desenvolvida economicamente, de pequenas dimensões e população, a Guiana está posicionada em uma região de planície que se interliga imediatamente com a planície amazônica brasileira do Estado de Roraima.

A demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol nessa região de fronteira, em que pese poder reduzir os conflitos de natureza étnico-econômicas[69], constitui uma

---

67 SOARES, p. 351.

68 SANTANA, 2013.

69 O Prof. Dr. Antônio Afonso Celso Pereira explicou que "sob o ponto de vista do Direito Internacional, o reconhecimento de dispositivos na ONU não imputa a um país a obrigação de cumprí-los. Desse modo, o fato do país estabelecer reservas indígenas em áreas fronteiriças não representaria uma vulnerabilidade diplomática" (AFONSO CELSO, 2013). No entanto, uma reserva indígena na fronteira pode constituir um obstáculo a ações militares imediatas das Forças Armadas e, por issso, ser tratada como uma vulnerabilidade militar (MEIRA MATTOS, 2002).

vulnerabilidade de natureza militar para o Brasil, uma vez que está posicionada no território brasileiro, exatamente no lado nacional da fronteira. Nessa região concentram-se problemas indígenas e econômicos advindos da exploração da terra de forma não regulamentada. A atividade do garimpo e toda a logística ilegal que o envolve se estende até a fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa.[70]

Da mesma forma, a demarcação da reserva Ianomami na divisa entre Brasil e Venezuela estabelece similar vulnerabilidade de ordem militar para o Brasil, amenizada pelas Serras de Pacaraima, Parima e Tapirapecó, que produzem uma barreira natural nessa fronteira. Em que pese os índios daquela região não obedecerem as fronteiras demarcadas e os problemas indígenas acabarem por afetar conjuntamente a Venezuela e o Brasil, os dois países mantém uma boa relação fronteiriça. Assim, a Venezuela é uma barreira político-militar à atuação de um estado exógeno na região e divide com o Brasil a tarefa de garantir a segurança da região norte amazônica (ANEXO H).

Em contrapartida, é possível compreender também que, como as serras de Pacaraima, Parima e Tapirapecó representam uma barreira geográfica local e dificultam o acesso ao coração amazônico brasileiro, a observação do relevo evidencia uma segunda área vulnerável mais a oeste, local de contato da planície interior venezuelana com a Colômbia e o norte do Estado do Amazonas, a denominada pelos brasileiros de “Cabeça do Cachorro”.

Além da relevância do relevo, em que se destaca a Cordilheira dos Andes, o clima corresponde a outro fator geográfico importante e, na América do Sul, as consequências da

---

70

Crimes ambientais, prostituição infantil e contrabando são os principais problemas identificados pela PF na região (SANTANA, 2013). O Cel Inf. EB Julio Cesar Evangelista dos Santos (que comandou o Pelotão Especial de Fronteira em Surucucu – Roraima, em 1993, localizado dentro da Reserva Ianomami e com raio de ação sobre a Reserva Raposa Serra do Sol e adjacências) confirmou que esta realidade abrangia a região entre o Oiapoque e a Reserva Raposa Serra do Sol desde 2004. Entrevista ao Coronel em 08/05/2013.

predominância do clima tropical[71] podem ser sintetizadas pela vulnerabilidade das fronteiras centro-norte brasileiras, sobretudo nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia.

A figura 10 (Anexo I) demonstra essa vulnerabilidade por meio da distribuição da malha viária continental: os desafios impostos pelo clima tropical ainda não foram completamente vencidos.

Na figura, inicialmente, é possível identificar que a malha ferroviária na área centro-norte do Continente é praticamente inexistente e a integração rodoviária entre os países ocorre com ênfase no litoral, junto aos oceanos Atlântico e Pacífico. A concentração maior de aeroportos nas capitais litorâneas e a reduzida utilização da malha hidroviária também confirmam o maior adensamento populacional e econômico no litoral em todo o Continente (PINHEIRO GUIMARÃES, p. 1-4; MEIRA MATTOS, 2002).

No centro-sul continental, no entanto, percebe-se que a malha viária está melhor estruturada. Isto pode ser melhor explicado pela força transformadora do poder econômico e pelo conceito de "percepção de ameaça" de Spykman, mais do que por questões atinentes ao clima. Devido aos conflitos históricos de fronteiras na região, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai esforçaram-se para demarcar, povoar, proteger e controlar vivamente estas fronteiras desde o século XVII[72](BANDEIRA, 1998; MEIRA MATTOS, 2002).

Como comprovação dessa ideia, em que pese boa parte da malha viária mais desenvolvida estar em zona de clima temperado, as dificuldades provocadas pelo clima tropical foram bravamente contornadas pelo Poder Político brasileiro quando ele julgou que

---

71 O clima tropical, neste sentido, compreende o equatorial, tropical e tropical de altitude.

72 O autor descreve a História de mais de três séculos até a consolidação das fronteiras brasileiras na região Sul, enaltecendo a importância estratégica de alianças ocasionais de Portugal com estados europeus, de políticas governamentais, da criação da Colônia de Sacramento e as Guerras Cisplatina e do Paraguai.

havia um interesse vital em risco, como no caso da manutenção das linhas de comunicações brasileiras com o Estado de Mato Grosso (SOARES, 1972).[73]

Por isso, diferentemente do que ocorre ainda ao Norte, as malhas viárias na região Sul do Brasil demonstram que as fronteiras foram consolidadas, havendo menor risco de conflitos. No centro-sul, permanecem atualmente apenas vulnerabilidades nas áreas da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai relacionadas com o tráfico de drogas, armas e contrabando, tipificados como crimes nos Códigos Civis desses países.

Ainda, o clima tropical favorece substancialmente o agronegócio e isto permite compreender porque as vias ferroviárias, rodoviárias e os portos dos países em todo o Continente não são integrados e compõem redes operacionais de sentido único e de alto custo operacional. Estas vias foram construídas para atenderem, na sua maior parte, as atividades do agronegócio e da economia extrativista de exportação[74], um modelo histórico de desenvolvimento aplicado a toda América do Sul desde a sua ocupação por portugueses e espanhóis (MEIRA MATTOS, 2002; PINHEIRO GUIMARÃES, p.4).

Em adição, observando-se a figura 11 (ANEXO I) é também possível identificar que o binômio relevo-clima foi responsável pela formação das bacias hidrográficas do Amazonas, do São Francisco e Paraguai-Paraná, que correspondem a vastas regiões ribeirinhas que abrangem mais de 50% do território brasileiro. Somando-se esta vasta rede hidrográfica ao caráter insular brasileiro anteriormente discutido, é possível concluir que o Brasil parece ser um país "anfíbio".

73

A luta do país para manter o Estado do Mato Grosso integrado ao território nacional foi bastante árdua. O embaixador Teixeira Soares explicou que, no início do século XX (1905-1912), de forma a desincentivar interesses norte-americanos e ingleses nas regiões do Paraguai e Bolívia, o Governo brasileiro decidiu por integrar a região com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, obra em que o país perdeu cerca de 40.000 operários brasileiros, vítimas de doenças tropicais, e dispendeu cerca de 9 milhões de libras esterlinas. (SOARES, 1972, p. 239).

74

É mais fácil levar milho para a China do que para Recife. O Estado de São Paulo, 15 abr 2013. p. B3.

Neste aspecto, o modal hidroviário torna-se muito relevante como moeda de troca de integração e desenvolvimento econômico regional, em que pese a ainda baixa densidade demográfica amazônica e o elevado custo de investimento inicial estatal e privado[75] necessários ao seu fomento no Continente, aí incluído o Brasil.

Complementarmente, os conceitos de Spykman e a revisão histórica apresentada permitem entender que essas bacias hidrográficas se relacionam política e economicamente com as regiões litorâneas, principalmente de Brasil e da Argentina, de três formas: a sua Defesa depende do litoral[76] e a economia dessas regiões é dependente da capacidade marítima existente no litoral, aí incluído o acesso pela foz dos rios e a existência de uma estrutura logística hidroviária. Essas regiões, visto que são regiões "anfíbias", também usufruem de todos os avanços tecnológicos gerados no litoral tropical.

Assim, é compreensível que o controle da foz dos rios Amazonas e Prata (e a integração física das bacias Amazônica e Paraná-Paraguai) seja uma questão estratégica diplomático-militar vital para a sobrevivência dessas duas regiões e que inclua a participação política de Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru (fronteira leste), Colômbia (fronteira leste) e Venezuela.

75

Mesmo com elevado custo de implementação, o modal apresenta a relação mais econômica entre a quantidade de carga transportada e a energia necessária para transportá-la (COSTA FERNANDES et al, 2012, p.176).

76

Em 1944, Spykman estimou que um soldado utilizava cerca de dez toneladas de material para combater durante um mês. Assim, concluiu que somente a logística baseada num modal aquaviário poderia suprir as necessidades de uma guerra moderna (SPYKMAN, 1944).

3.5 **A Teoria de Spykman aplicada ao Brasil: as fímbrias brasileiras**

Considerando-se os fatores de posição, relevo e clima referenciados por Spykman, o General Meira Mattos identificou o enorme potencial econômico da região centro-norte tropical brasileira e concebeu, a partir daí, ainda na década de 1940, o seu conceito de Pan-Amazônia e de desenvolvimento econômico cooperativo.

Então, diante da atual expansão política e econômica brasileira, é possível reidentificar aspectos significativos da relação fronteiriça anteriormente traçada pelo General por meio da confrontação das duas teorias, buscando relacioná-los com a "Amazônia Azul".

Primeiramente, é importante observar a figura 12 (ANEXO J) sob o ponto de vista da contenção indireta aplicada na periferia brasileira por um possível oponente. Imaginar tal possibilidade é entender a importância da atuação pró-ativa da diplomacia brasileira para o enfraquecimento de questões conflitantes na América do Sul.

Nesta situação, considerando-se que todos os países no entorno perceberão o Brasil como uma potencial ameaça, é possível identificar que Peru e Colômbia são as principais fímbrias ao território brasileiro: suas fronteiras com o Estado do Amazonas são "mortas"; são países que possuem grande dificuldade de integração nacional devido ao seu relevo; possuem portos[77] no Pacífico capazes de serem utilizados por um possível oponente; possuem movimentos políticos internos antagônicos, gerados por diferenças sociais e econômicas intensas e, portanto, são suscetíveis a influência de outros países no tocante a securitizações de assuntos de caráter ideológicos, étnicos, econômicos e políticos.[78]

---

77 A utilização de portos no Pacífico para ações indiretas e diretas contra a integridade do território brasileiro trariam como consequencia a necessidade de atuação de uma força naval inibidora deste movimento.

78 PINHEIRO GUIMARÃES, p. 3, 6 e 9.

Em contrapartida, estes países possuem significativa parcela de seus territórios a leste da Cordilheira, de modo que podem participar de projetos comuns de natureza político-econômica com o Brasil, segundo um modelo técnico-cooperativo, que promova a integração regional por meio da continuada diplomacia.[79]

Por isso, em adição, aplicando-se os conceitos de equilíbrio de poder e de aliança de Spykman, conclui-se que o Brasil deve intencionar que Chile[80], Peru e Colômbia permaneçam com índices de desenvolvimento econômicos altos mas em equilíbrio entre si.[81]

Neste aspecto, Bolívia e Paraguai são fímbrias que possuem um caráter muito mais crítico para o Brasil. Sob o ponto de vista da percepção de ameaça, das diferenças sociais internas e da securitização de assuntos desinteressantes ao Brasil, eles reagem exatamente da mesma forma que Peru e Colômbia. No entanto, a posição geográfica dos dois países e a relativa dificuldade de integração econômica com o Pacífico geram, para eles, a oportunidade de crescimento econômico em conjunto com o Brasil e a Argentina, por arrasto ao movimento brasileiro. Além disso, estes dois países são excepcionalmente importantes na medida em que eles amenizam disputas territoriais históricas. Assim, além de fímbrias, eles são zonas de amortecimento *(buffer zones)* fundamentais e devem estar integrados ao progresso brasileiro. A Política Nacional deve prever fortes laços diplomáticos e econômicos entre esses países e o Brasil (PINHEIRO GUIMARÃES, p.6).

79

O desenvolvimento da malha hidroviária na Hileia é um exemplo de atividade econômica que deve ser desenvolvida em cooperação, uma vez que potencializa a integração regional (SOARES, 1972).

80

O Chile é importante elemento de equilíbrio de poder regional e deve ser considerado como parcela do equilíbrio entre Peru e Colômbia.

81

Explicou o embaixador Pinheiro Guimarães que os "EUA [...] passaram a expandir a sua influência econômica na região através de acordos bilaterais de livre comércio [...] com o Chile, o Peru e a Colômbia.", acordos que favoreceram o crescimento econômico das regiões com inflações controladas. Além disso, ele ressaltou o surgimento das influências espanhola e chinesa na região sul-americana (PINHEIRO GUIMARÃES, p.7-9).

Pode-se dizer que Spykman "sugere" que Bolívia e Paraguai são países que devem estar dentro da área de influência direta do Brasil, devem ter um crescimento econômico e militar equilibrado entre si e devem possuir um crescimento proporcional e completamente integrado ao País. A presença militar de qualquer outra nação exógena naqueles territórios deve ser encarada veementemente como elemento estranho e desinteressante à soberania nacional.

Por outro lado, Venezuela e Argentina correspondem a um terceiro tipo de fímbria. Tal como Peru, Colômbia e Chile, contribuem para a estabilidade e a defesa regional. No entanto, esses países estão exclusivamente voltados para o Oceano Atlântico, possuem produções industriais significativas e a capacidade de cooperação tecnológica, econômica e militar (no Atlântico) com o Brasil. Nesses países, os movimentos exógenos ao Brasil são pouco intensos e as discordâncias de ordem diplomática estão, atualmente, associadas a grande integração econômica já existente, algo natural diante do entrelaçamento econômico cada vez maior.

Uruguai, Guiana e Suriname correspondem a zonas de amortecimento (*buffer zones*) e despotencializam a possibilidade de conflitos fronteiriços entre estados maiores. Então, o Brasil pode colaborar para um ambiente político estável nesses estados.

Em síntese, ao considerar-se a atuação indireta por possível oponente na América do Sul, identifica-se que, ao Brasil, é desinteressante qualquer mudança de *status quo* por conflitos de natureza territorial na região.

Da mesma forma, historicamente, o Brasil sempre atuou de modo a evitar a interferência de países exógenos na América do Sul. É, pois, coerente que essa visão política se mantenha. Para evitar a presença de países exógenos na região o Brasil deve apoiar os Governos legais estabelecidos nos países vizinhos e buscar amenizar questões que sejam forçosamente securitizadas e contra o interesse regional, como é o caso do tráfico de drogas

na Colômbia, Peru e Paraguai[82], ou questões indígenas nas fronteiras com Venezuela e Guiana. Por fim, todo o esforço deve ser realizado pela diplomacia brasileira no sentido de se evitar que Peru, Colômbia, Bolívia e Paraguai estejam sob influência hegemônica de um único país ou alimentem, em conjunto, temas exógenos ao Brasil, contaminando o ambiente de integração promovido pelo governo brasileiro.[83]

A segunda possibilidade de aplicação da teoria das Fímbrias, de Spykman, corresponde à ações diretas de um possível oponente sobre o Brasil, seja a partir das fímbrias ou a partir do Oceano Atlântico, o que se relaciona diretamente com a questão da soberania brasileira e com a Amazônia Azul.

De imediato, é possível utilizar os conceitos da teoria realista de Spykman para concluir que o País deve possuir capacidade de auto-defesa independente do potencial de seus aliados na região e que a soberania deve se apoiar em uma aliança consistente de defesa regional e em uma força militar dissuasória, capaz de operar nas fímbrias e no Oceano Atlântico. Em casos em que a integridade territorial brasileira esteja ameaçada por ações militares provenientes do Oceano Pacífico por componente exógeno à região, a Marinha do Brasil deve possuir capacidade de atuar em pontos focais do Pacífico Sul.

82

Atualmente, a securitização do tráfico de drogas trouxe os EUA para dentro da Colômbia, sem prazo definido para saída. Em 2006, o Paraguai autorizou a entrada de militares e a utilização de uma base aérea no seu território pelos EUA, o que permite que aquele país aumente a inteligência militar na região da tríplice fronteira Paraguai-Brasil-Argentina, sob alegação da existência de células terroristas na região. A presença **militar** de países exógenos na América do Sul inibe a integração econômico-militar regional e potencializa a securitização de assuntos que restringem a liberdade dos países que a formam (http://noticias.terra.com.br/mundo/presença-de-militares-dos-eua-levanta-suspeitas-no-paraguai.html. Notícia vinculada em 25/08/2012. Acesso em 06/06/2013).

83

De 2006 a 2012, os Poderes Executivos de Bolívia (Evo Morales) e Paraguai (Lugo) executaram atos contra empresas brasileiras ou acordos econômicos firmados.Tais atos frustaram os esforços do Governo brasileiro em integrar economicamente a região, visto que este quadro demonstrou haver ainda um quadro de instabilidade institucional que produz um ambiente desfavorável ao investimento regional.

Levando-se em conta o estabelecimento dessa possível aliança regional de Defesa[84] e os aspectos geográficos de posição, relevo e clima de Spykman anteriormente descritos, torna-se evidente a dependência do Brasil de uma Força Aérea (complementada por uma Aviação Naval moderna e balanceada) capacitada a contribuir com o controle e a defesa em profundidade da Amazônia Azul e de manter a superioridade aérea sobre todo o território brasileiro.

Ainda, é possível identificar a importância de duas Esquadras para a defesa em profundidade da "Amazônia Azul" e da população litorânea brasileira. Se ao Sul e ao Sudeste se encontram as maiores partes da produção industrial, da capacidade instalada do País e do petróleo brasileiro (além da necessidade de, em conjunto com as Armadas de Argentina e Uruguai, garantir-se as linhas de comunicações marítimas para o interior do Continente pela foz do Rio da Prata), uma futura 2ª Esquadra, prevista no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), permitirá ao Estado brasileiro atuar na extensa área litorânea do nordeste e norte e na proteção da foz do rio Amazonas, onde se inclui a garantia das linhas de comunicaçoes marítimas para o interior norte brasileiro e a projeção de poder sobre terra, de natureza tipicamente defensiva, anfíbia e ribeirinha.

Desse modo, o projeto da 2ª Esquadra permite identificar todas as vertentes de desenvolvimento da AAz.[85] Quanto ao aspecto tecnológico é possível identificar que, oportunamente, a 2ª Esquadra confrontará as regiões Norte e Nordeste com um desafio tecnológico jamais apresentado àquelas regiões, arrastando conhecimentos consolidados nas regiões Sudeste e Sul do País (COSTA FERNANDES, 2012).

84

Em dezembro de 2008, por iniciativa do Brasil, foi criado o Conselho de Defesa da América do Sul (CDS).

85

"Mas há um contraponto [...]: no Brasil, a desconcentração também tem suas vantagens, pois vai permitir a criação de novos pólos de desenvolvimento – casos do Nordeste e do Sul -, promovendo o surgimento de novos empregos e desenvolvendo tecnologicamente essas regiões."(COSTA FERNANDES et al, 2012, Cap. X, p.241).

Favoravelmente, Ceará e Pernambuco já são pólos da indústria naval em expansão e Piauí, Maranhão e Pará possuem capacidades embrionárias no setor, além de mão de obra disponível. Da mesma forma, Paraíba e Pernambuco possuem pólos de informática capazes de atuar no setor naval.

Além disso, a instalação da 2ª Esquadra naquela região permitirá à MB realizar pesquisa e desenvolver tecnologias típicas da área tropical, adequadas às realidades de correntes maregráficas, temperatura e salinidade da água, acústica, ótica entre outros efeitos, típicos da Foz do Amazonas, de natureza dual e que podem ser aproveitadas na exploração mineral da plataforma continental amazônica.

Quanto ao aspecto operacional, esta 2ª Esquadra deverá ser balanceada, capaz de executar o controle marítimo na sua área de jurisdição da "Amazônia Azul", efetuar a patrulha e defesa da foz do rio Amazonas, estar apta a exercer a projeção de poder sobre terra a partir de operações anfíbias nas fímbrias brasileiras e de executar todo o apoio logístico solicitado pelo EB. É óbvio que uma mobilização do País em apoio ao Exército Brasileiro no Norte criaria, na atualidade, um fluxo logístico marítimo em direção ao interior da "Amazônia Verde" (ANEXO M).

Quanto ao aspecto social, a 2ª Esquadra representará um incremento na qualificação profissional local, oportunidades de empregos, aumento do salário médio local, fomento para o aumento da qualidade educacional regional e, finalmente, a integração ao País da região Norte e Nordeste como área economicamente desenvolvida, tal como imaginado pelo General Meira Mattos há cerca de 40 anos (MEIRA MATTOS, 2002).

Quanto ao aspecto diplomático da última fronteira brasileira, a 2ª Esquadra corresponderá ao controle, povoamento e Defesa do enorme vazio demográfico existente no norte da "Amazônia Azul" e contribuirá para a eliminação de vulnerabilidades advindas da

ausência do Estado como órgão fiscalizador e orientador das atividades econômicas, científicas e ambientais locais.

Por fim, a criação da 2ª Esquadra sugere a execução de uma política e uma estratégia específica para a reconstrução de uma Marinha Mercante voltada para a mobilização, segundo um fluxo sul-norte, de cabotagem e baixo custo operacional. À esta política, não deve estar associada a ideia de hegemonia no setor, mas sim de controle do custo do frete e de um nível de atividade que permita a construção planejada, gradativa e a reposição contínua de navios ao longo do tempo, considerando-se as taxas de crescimento anuais do Brasil.

Assim, é possível concluir que a instalação da 2ª Esquadra contribuirá para a instrumentalização da Governança do Estado brasileiro para o setor Norte e Nordeste da "Amazônia Azul" segundo todas as suas vertentes de estudo. Além disso, fortalecerá o braço diplomático e soberano brasileiro em todo o litoral, representando a materialização do pensamento naval estratégico amadurecido por mais de 40 anos. Quando somada aos recursos humanos e materiais da 1ª Esquadra, o Poder Naval corresponderá a um efeito dissuasório compatível com o tamanho do estado brasileiro, segundo a expansão política e econômica vindoura.

3.6 **A Teoria de Spykman: síntese**

Os fatos históricos anteriormente apresentados e sua comparação com os resultados da aplicação da teoria de Spykman ao Brasil permitiram identificar os aspectos essenciais das vulnerabilidades das fronteiras brasileiras, incluindo a AAz. Inicialmente, foi possível compreender que o Brasil parece ser um *país "anfíbio"*. Neste contexto, há uma maior facilidade de enxergá-lo como uma ilha do que como uma imensa massa territorial

anfíbia, que compreende também dois grandes acessos hidroviários para o interior continental: o rio Amazonas e o Rio da Prata.

Por conseguinte, tratando-se o Brasil como uma ilha, o País possui uma relação inseparável com o seu litoral, este que intermedia toda a sua logística de subsistência econômica e que historicamente respondeu pela indivisibilidade do território nacional. Por isso, pode-se concluir que a demarcação da "Amazônia Azul" pela MB correspondeu a uma significante iniciativa de ordem diplomática do País neste século XXI, uma vez que caracterizou a demarcação pacífica da fronteira de um imenso território vital à existência do Estado brasileiro.

Da mesma forma, a massa continental brasileira possui uma característica própria. As bacias hidrográficas atingem mais de 50% do território nacional, o que o caracteriza como um imenso território continental "anfíbio". A qualidade "anfíbia" brasileira reafirma a dependência brasileira do modal aquaviário e da logística existente no litoral. A "Amazônia Azul" é, pois, uma plataforma de desenvolvimento econômico de todo o País.

Por conseguinte, essa característica intrínsica anfíbia brasileira implica em um maior desafio, esforço e custo de integração territorial. As assimetrias de controle, exploração, povoamento e Defesa do Estado hoje existentes refletem esta maior dificuldade de ocupação e integração nacional. Como espelho do Brasil, a AAz também caracteriza-se por estas assimetrias, correspondendo a uma fronteira mais vivificada ao Sul e mais despovoada ao Norte do Brasil (ANEXO K).

Para minimizar essas diferenças regionais, há a necessidade de desenvolver econômica e tecnologicamente as regiões Norte e Nordeste e seus litorais de uma forma regional própria, identificada com a natureza anfíbia tropical.

O General Meira Mattos identificou as vulnerabilidades das fronteiras terrestres brasileiras entre as décadas de 1960 a 2000 e ilustrou a quebra do paradigma expansionista

brasileiro reafirmando a política de integração sul-americana através do seu conceito de crescimento econômico da região pan-amazônica, plenamente aplicável. Devido a essa característica anfíbia nacional, identifica-se que a integração e desenvolvimento econômico sugeridos pelo General para a Amazônia brasileira deve ocorrer segundo um continuado incremento do transporte hidroviário.

Pela limitada percepção de que o elemento anfíbio seria fundamental na estratégia econômica de desenvolvimento do Centro-Norte, as fronteiras terrestres brasileiras (ainda) são vulneráveis com o Peru, a Colômbia, o Paraguai e as Guianas. E nesse contexto, a política de integração regional realizada pelo Brasil ainda corresponde a um grande esforço da política externa brasileira para avivá-las.

Em complemento à política de integração delineada pelo País nos últimos quatro decênios, ressaltam-se os esforços para se evitar pressões exógenas na América do Sul e a securitização de temas associados aos problemas fronteiriços regionais, bem como esforços para a disseminação de uma visão cooperativa de crescimento econômico e tecnológico de toda a região.

Por outro lado, segundo os conceitos de Spykman, a fronteira AAz demarcada recentemente parece corresponder a território e fímbria ao mesmo tempo. Seguindo-se a CNUDM, a AAz corresponde a zonas de diferentes graus de soberania onde se destacam o Mar Territorial e a ZEE. E neste sentido, diferentemente de uma fronteira terrestre, a criação de um conflito aberto por um possível oponente na região marítima na ZEE está no campo de uma justificada desvantagem política para o próprio oponente, uma vez que o identifica como agressor. De outro modo, a simples presença de um país exógeno nessa região brasileira não caracteriza a ameaça.

Assim, para que se possa controlar, explorar, povoar e defender essa complexa AAz, há necessidade de se estabelecer, tal qual as fronteiras terrestres, uma Governança que

ative a eliminação de securitizações sobre temas que envolvam as vulnerabilidades dessa zona marítima, que promova a utilização militar e científica das Ilhas de Trindade e Fernando de Noronha, que incremente o Poder Marítimo brasileiro e que fomente o desenvolvimento equilibrado da AAz segundo todas as suas vertentes de estudo. Neste contexto, a AAz, por suas características próprias, pode ser estudada conforme um conceito mais moderno: o de Oceanopolítica.

Complementarmente, a aplicação da teoria de Spykman permitiu evidenciar que a AAz está sujeita a dois tipos de ameaças externas, provenientes de ações indiretas e diretas por parte de um possível país oponente. Por isso, é possível também sugerir que a vertente de estudo da AAz chamada de Soberania seja subdividida em duas vertentes, que propõem diferentes graduações da força defensiva: soberania e diplomática.

Por todas as questões acima elencadas, a AAz obriga a que a defesa dos interesses brasileiros deva estar respaldada por uma diplomacia atenta e eficiente e pela consistência do Poder Marítimo nacional, neste incluso o Poder Naval. Neste aspecto, como elemento histórico relevante, foi possível demonstrar que, em que pese os sucessos alcançados, a Marinha do Brasil operou em condições aquém da necessária em quase todos os períodos da sua história e que seu desenvolvimento acompanhou a defasagem tecnológica entre as regiões Sul e o Norte do Brasil. Então, quando aplicada a teoria de Spykman, é possível reafirmar a importância da formação de uma 2ª Esquadra para o crescimento do litoral Norte do País, para a integração da região pan-amazônica segundo o modal hidroviário e para a consolidação das fronteiras terrestres do oeste amazônico.

A criação da 2ª Esquadra será, pois, o fortalecimento do braço da Diplomacia e da Soberania brasileira na AAz, correspondendo, enfim, a um significativo incremento da capacidade de controle, povoamento, presença e defesa do País.

4 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

O objetivo deste Capítulo será verificar se a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa estão levando o Brasil a reduzir as vulnerabilidades internas e externas atualmente existentes nas fronteiras, com ênfase na "Amazônia Azul".

Para isto, conceituou-se as vulnerabilidades internas como aquelas passíveis de serem corrigidas pelo Estado por meio de suas políticas internas e as vulnerabilidades externas como aquelas sobre as quais o País não possui gerência, isto é, advém de fragilidades da governança mundial ou da própria relação de poder entre os estados que formam a Ordem Internacional.

Por fim, com base no conteúdo histórico anterior e na aplicação da "Teoria das Fímbrias" ao Brasil, serão apresentadas sugestões que podem contribuir para o cumprimento das PND e da END.

4.1 **O que dizem a PND e a END**

A Política Nacional de Defesa (PND) visualisou a cooperação, a competição e a coerção como tipos possíveis de interação entre estados. Esta compreensão sugere ser possível que um oponente atue de forma proposital sobre as vulnerabilidades brasileiras, direta ou indiretamente, buscando contrariar os interesses nacionais (BRASIL, 2012; SPYKMAN, 1942).

Como segundo aspecto, a PND visualizou o Brasil como complexos espaços "continental" e "marítimo" , enquanto a aplicação da teoria de Spykman permitiu enxergá-lo como um único espaço de natureza "anfíbia":

> O perfil brasileiro – ao mesmo tempo continental e marítimo, equatorial, tropical e subtropical, de longa fronteira terrestre com quase todos os países sul-americanos e de extenso litoral e águas jurisdicionais – confere ao País profundidade geoestratégica e torna complexa a tarefa do planejamento geral de defesa. Dessa maneira, [...] demandam, ao mesmo tempo, uma política abrangente e abordagens específicas (BRASIL, 2012, p.5).

Compreender a natureza "anfíbia" brasileira significa integrar os espaços "continental" e "marítimo" por meio de um modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico mais coerente com a sua geografia.

Em terceiro, o mesmo documento apontou para as questões fundamentais que norteiam a segurança nacional, quais sejam a soberania e a integridade territorial, aí incluída a "Amazônia Azul". Neste sentido, a proteção das fronteiras é tratada internamente nos âmbitos político e militar, tal como sugerido pelo Embaixador Teixeira Soares:[86]

> Para efeito da Política Nacional de Defesa são adotados os seguintes conceitos:I – Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais; II – Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2012, p.1)

Também com vista a minimizar as vulnerabilidades internas atualmente encontradas nas fronteiras terrestres, o Estado brasileiro estabeleceu claramente metas de controle e povoamento da frente amazônica sob a orientação cooperativa com seus vizinhos. Analogamente, ao alinhar-se com o contido na PNRM, a PND buscou fomentar o desenvovimento da AAz. Portanto, a redução dos delitos transnacionais, a integração regional e o desenvolvimento de todas as fronteiras terrestres e marítimas, em todas as suas vertentes, estão caracterizadas no corpo da PND:

> A segurança de um país é afetada pelo grau de estabilidade da região onde ele está inserido. Assim, é desejável que ocorram o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países vizinhos para reduzir os delitos transnacionais

86

"Consolidação de fronteira é tarefa política; e, sendo política é também militar" (SOARES, 1972, p.53).

> e alcançar melhores condições de desenvolvimento econômico e social, tornando a região mais coesa e mais forte [...] A existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul [...] O adensamento da presença do Estado [...], ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia [...] O mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. [...] A CNUDM abre a possibilidade de o Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição [...] para o País, uma verdadeira "Amazônia Azul". Nessa imensa área, incluída a camada do pré-sal, estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais (Ibdem, p.4-5).

Adicionalmente, pode-se compreender que a PND, em consonância com a Constituição Brasileira, reafirmou o princípio da não intervenção como ferramenta fundamental da Política e da Diplomacia. O respeito do Brasil a este princípio e a oposição formalizada à securitização de assuntos internos de cada país contribuem para a redução das eventuais vulnerabilidades internas do Brasil e de todos os países sul-americanos (AMORIM, 2013; BRASIL, 2012).

Por outro lado, no que se refere às vulnerabilidades externas, a PND definiu um entorno estratégico conforme a visão spykniana: os países da América do Sul são fímbrias com diferentes relevâncias e a "Amazônia Azul", onde inclui-se a foz do rio Amazonas, é absolutamente fundamental para a sobrevivência do Estado brasileiro. A defesa da foz do Rio da Prata está diretamente associada com a integração do interior brasileiro, o que enseja uma defesa compartilhada com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Por fim, o conjunto de países da costa oeste africana, por possibilitar a projeção de poder sobre o Brasil, não deve estar submetido à influência de uma única potência naval:

> A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países lindeiros da África [...] (BRASIL, 2012, p.4).

Neste sentido, em que pese não haver vulnerabilidades externas associadas a AAz identificadas no momento, a ação diplomática é evidentemente fundamental e provavelmente

tornar-se-á cada vez mais importante na resolução de controvérsias (BITTENCOURT, 2013; MATTOS, 2013)[87]. Os oceanos serão os últimos espaços no Planeta a serem ocupados e explorados pelo homem (AMORIM, 2013; BARBOSA JUNIOR et al, 2012, Cap. 8).

Utilizando-se dos dois pensamentos imediatamente acima expostos, pode-se dizer que a PND relatou com clareza a necessidade de se buscar uma forma de representação dos Estados na ONU, mais coerente com o mundo atual. Assim, ao quebrar seu paradigma expansionista por uma política cooperativa e ao defender na comunidade internacional os princípios da resolução pacífica de controvérsias, da não intervenção e a renúncia aos armamentos de destruição em massa, é opinião deste autor que o Brasil age no sentido de minimizar as suas vulnerabilidades externas (BRASIL, 2012, p.9 ; AMORIM, 2013).

Em segundo, a participação em organizações internacionais reforça a orientação política e diplomática brasileira. Então, a continuada atuação de tropas brasileiras em forças de Paz da ONU, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS[88]), do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL[89]), a presença significativa do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP[90]), a contínua e cada vez maior participação como

---

87

O Vice-Almirante Raul Pereira Bittencourt, representante brasileiro na Organização Marítima Internacional (*International Maritime Organization* –IMO), afirmou que, no momento, os problemas de governança mundial do espaço oceânico que afetam o Brasil estão sendo rotineiramente resolvidos e o País não enxerga vulnerabilidades externas no setor atualmente (BITTENCOURT, 2013).

88

Criado em 1986. Formado por Argentina, Brasil e Chile e mais 21 países-membros da África. Seus objetivos principais são inibir a presença de armas de destruição em massa e fomentar a cooperação política na América do Sul e África.(Disponível em http://www.itamaraty.gov.br. Acesso em 07/06/2013)

89

Criado em 1991. Formado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Encontra-se em expansão com adesão da Venezuela (julho de 2012) e expectativa de entrada de Equador (julho de 2013), Bolívia, Chile, Colômbia e Peru. (Disponível em http://www.suapesquisa.com/mercosul/. Acesso em 07/06/2013).

90

Criada em 1996. "Intenciona fomentar a cooperação em todos os setores do desenvolvimento humano, promover a língua portuguesa e incrementar a representatividade do grupo no cenário mundial" (Disponível em http://www.cplp.org/id-46.aspx. Acesso em 07/06/2013).

membro do BRICS[91], a presença no fórum India-Brasil-África do Sul (IBAS[92]), o crescente fomento da União das Nações da América do Sul (UNASUL)[93] e, principalmente, a recente formação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)[94] são exemplos de esforços políticos e diplomáticos para mitigar as vulnerabilidades externas do Brasil, aí incluída a "Amazônia Azul". A participação nessas organizações permite ao País a manutenção de uma estrutura fiel à sua Política cooperativa e a execução de alianças que signifiquem dissuasão a um possível oponente (BRASIL, 2012, p. 4).

Por fim, como ação essencial para reduzir as vulnerabilidades externas, a PND abarcou o fortalecimento das Forças Armadas, a outra face da orientação política e diplomática brasileira[95]:

> [...] torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica do País para preservar a soberania e os interesses nacionais (BRASIL, 2012).

91

Conceituado em 2001, não incluía a África do Sul (adesão em 2010).Conjunto de países emergentes, isto é, que estão em expansão política e econômica: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os "comunicados" que envolvem esses países têm como propósito discutir a crição de uma nova Ordem Internacional, calcada em uma multipolaridade política-econômica representativa na ONU, que é oposta à multipolaridade militar nuclear hoje existente e representada pelo poder de veto dos países membros do Conselho de Segurança da ONU.

92

Criado em 2003. Formado por Índia, Brasil e África do Sul, prevê a cooperação em várias áreas afins segundo um alinhamento internacional de países posicionados no hemisfério Sul. (Disponível em http://www2.enap.gov.br/ibas/index). Acesso em 07/06/2013).

93

Criada em 2008. União de Nações Sul-Americanas. Instalado em 03/06/2013 em Caracas, o Banco do Sul corresponde a uma das iniciativas da UNASUL para fomentar o desenvolvimento dos seus países-membros. Formam a UNASUL: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/brasil-no-exterior/brasil-e-america-do-sul-1/unasul. Acesso em 07/06/2013.).

94

2008. Conselho aprovado pela UNASUL. Promove a realização de exercícios militares e concepção de políticas de defesa comuns e a estruturação de bases industriais e de material bélico integradas pelos diversos países. (BARBOSA JUNIOR et al, 2012, p. 268)

95

"[...] a segurança de uma nação depende ultimamente da força que ela pode aplicar em sua defesa e as alianças servem para se obter uma margem de segurança" (SYPKMAN, 1942)

Por sua vez, a Estratégia Nacional de Defesa (END), que indica o caminho a seguir para se alcançar os objetivos políticos da PND, definiu três eixos estruturantes para incremento das capacidades operacionais das Forças Armadas. Estes eixos estabeleceram um vínculo inequívoco entre o fortalecimento da Defesa e o desenvolvimento social e tecnológico do País[96]:

> O primeiro eixo estruturante diz respeito a como as Forças Armadas devem se organizar e orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra O segundo eixo estruturante refere-se à reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apóie-se em tecnologias sob domínio nacional. O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. Seu propósito é zelar para que as Forças Armadas reproduzam, em sua composição, a própria Nação. (BRASIL, 2008, p.3)

Suas Diretrizes e os programas e projetos delas decorrentes, reafirmaram os conceitos de fronteira do embaixador Teixeira Soares. Assim, para monitorar e contribuir com o controle da Amazônia Azul, a Marinha do Brasil está desenvolvendo e implementará o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), um sistema que permitirá controlar a área marítima sob jurisdição nacional de forma integrada[97] (ANEXO A).

No que compete à exploração e povoamento, a Marinha do Brasil vem acompanhando e contribuindo com o desenvolvimento de uma governança cada vez mais sólida para a Amazônia Azul, que se apoia em acordos internacionais e nas orientações e realizações derivadas da PNRM e da Política de Logística Militar[98]:

96

O magistrado Enrique Ricardo Levandovsk, do Supremo Tribunal Federal , o Senador Ricardo Ferraço (ES), e o Deputado Federal Hugo Napoleão do Rego Neto (PI), reafirmaram que a prioridade do Governo Federal é a redução da pobreza e que o reaparelhamento das FA somente será efetivado se estiver coadunado com o desenvolvimento social brasileiro.

97

Analogamente, o EB está desenvolvendo o Sistema de Controle de Fronteiras (SISFRON).

98

Considerando que cada brigada do EB possui um mínimo de 6.000 combatentes, a Política de fomento à Marinha Mercante deve considerar uma possível mobilização nacional. Assim, a formação de pessoal, o número, tipos de navios e as características desses navios devem estar previstas num plano maior de mobilização do Estado brasileiro (COSTA FERNANDES et al, 2012, Cap. VIII).

> 2.Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença [...] (BRASIL, 2008, p.2)

Por último, de forma a também contribuir com o controle, o povoamento equilibrado e a Defesa da Amazônia Azul, os programas (PROSUB, PROSUPER e PRONAE) e projetos que se referem à aquisição de uma Força Naval mais "moderna, balanceada e equilibrada"[99] correspondem a um dos produtos finais da estratégia estabelecida, ou seja, os objetivos estratégicos da MB.

Neste sentido, destaca-se o estabelecimento de uma 2ª Esquadra na região Norte-Nordeste:

> 9. A Marinha iniciará os estudos e preparativos para estabelecer, em lugar próprio, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma base naval de uso múltiplo, comparável, na abrangência e na densidade de seus meios, à Base Naval do Rio de Janeiro. (Ibdem, p.12)

A aplicação da "Teoria das Fímbrias" permitiu concluir que a 2ª Esquadra seja uma força naval **essencialmente anfíbia,** capaz de exercer ação de presença e dissuasão na área marítima da foz do Amazonas, proteger as ilhas oceânicas brasileiras, realizar o apoio logístico móvel ao EB, contribuir com FAB no controle do espaço aéreo regional e, finalmente, ser o braço da diplomacia brasileira no entorno estratégico africano (ANEXO L).

4.2 **Perspectivas e possíveis linhas de ação**

A partir das particularidades elencadas acima, surge a seguinte pergunta: mas o que falta, então?

---

99 Segundo o Comandante da Marinha, "equilibrado, balanceado e moderno" corresponderia, respectivamente, "a ser capaz de dosar a força conforme a necessidade, poder atuar em todos os tipos de cenário e possuir a maioria dos meios com idade menor do que vinte anos (MOURA NETO, 2013).

A END prevê que a construção de uma força militar moderna pode ser alcançada a partir de uma "base industrial de defesa autônoma em tecnologias sensíveis" (BRASIL, 2008, p.8). Uma vez que o estabelecimento de uma marinha de guerra moderna é um projeto de imensa complexidade tecnológica e se relaciona diretamente com o desenvolvimento social e econômico (ANEXO M)[100], este será o maior desafio do País nos próximos anos.

Tal como a China fez nos últimos quarenta anos, é possível compreender que para suplantar o desafio de crescer economicamente e fugir de restrições e gargalos tecnológicos impostos por países mais desenvolvidos, o Brasil será obrigado a avançar para um modelo de industrialização próprio, mais audacioso e competitivo, voltado ao mesmo tempo para o mercado interno, para a exportação de produtos de maior valor agregado e para a internacionalização das suas empresas (KISSINGER, 2011).

Neste sentido, compreender a natureza anfíbia brasileira torna-se essencial, pois permite visualizar que o crescimento econômico do País passará naturalmente pelo incremento do seu modal marítimo (aquaviário e hidroviário) e pelo desenvolvimento de tecnologias e inovações relacionadas ao mar e ao ambiente tropical.

Além disso, o contínuo investimento em ciências e tecnologias aplicadas ao mar permitirão ao País legitimar o *uti possidetis* sobre a "Amazônia Azul", a "nova" e "última" fronteira marítima: monitorá-la, controlá-la, povoá-la, explorá-la e defendê-la (BARBOSA JUNIOR et al, 2012, SOARES, 1972).

Assim, o crescimento econômico do Brasil se confundirá cada vez mais com o crescimento da capacidade militar da MB e vice-versa (BRASIL, 2008; BRASIL, 2012).

Por isso, em primeiro lugar, para que os objetivos estratégicos definidos na END para a MB sejam alcançados de forma mais acelerada, o Governo Federal deverá garantir recursos orçamentários (a cada ano) suficientes para o reaparelhamento das Forças Armadas,

---

100 NETO, 2013.

aí incluída a MB, e o desenvovimento de tecnologias sensíveis que a ela são indispensáveis[101] (BRASIL, 2008; GREMAUD, 2013).

Da mesma forma, como o crescimento econômico e a industrialização dependem em grande parte do conhecimento científico e da capacidade de transformá-lo em bens sociais, elevar a qualidade da Educação ano após ano e fomentar a industrialização em áreas sensíveis também são ações estratégicas de natureza militar. Estes aspectos se relacionam diretamente com a Segurança Nacional (BRASIL, 2012).

Em terceiro, as mudanças no mundo recomendam que o País inicie um pensamento Oceanopolítico de forma a consolidá-lo no próximo decênio, com ênfase nas cinco vertentes que foram recentemente sugeridas pelo Vice-Almirante Ilques. Neste aspecto, o Governo (e a MB) possuirão significativa importância na divulgação dessa nova necessidade (BARBOSA JUNIOR, 2012; MATTOS, 2013).

Por fim, cabe ao Governo estabelecer uma política eficiente de médio prazo para a expansão controlada da Marinha Mercante (COSTA FERNANDES, 2012). Da mesma forma, a implementação da 2ª Esquadra no Nordeste/Norte do Brasil torna-se fundamental como instrumento estratégico militar para o povoamento da "Amazônia Azul" e para a redução da assimetria nacional no ambiente marítimo (BRASIL, 2008; SPYKMAN, 1944).

No âmbito do Ministério da Defesa (MD) e do Ministério das Relações Exteriores, esforços diplomáticos continuados devem ser realizados no sentido de eliminar a presença militar exógena na América do Sul. A aplicação da teoria de Spykman permitiu identificar a importância que a Política cooperativa sul-americana possui para o crescimento nacional e de toda a região, reduzindo a percepção de ameaça dos povos do entorno

---

101

Apesar de não se poder afirmar que a execução do Orçamento é inflacionária, há um estrangulamento orçamentário a cada início de "ano financeiro", por conta da necessidade de arrecadação (ano fiscal). Por conta disso, as instituições públicas federais executam boa parte dos seus orçamentos no segundo semestre de cada ano e em menos do que doze meses. Tão importante quanto o volume de recursos é o fluxo desses recursos ao longo do ano financeiro.

estratégico brasileiro em relação ao próprio Brasil. A presença militar de países exógenos na América do Sul contraria essa política e eleva a percepção de ameaça do próprio Brasil.

Em segundo, esses dois Ministérios devem acompanhar conjuntamente as questões atinentes aos Oceanos. Spykman propiciou visualizar a "Amazônia Azul" segundo os aspectos de fímbria e território, o que significa entendê-la pelas vertentes diplomática e da soberania.

Além disso, Spykman também permitiu uma outra conclusão: as ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade devem compor parte da capacidade estratégica militar brasileira. Por isso, torna-se necessário ao MD estabelecer planos de médio e longo prazo de desenvolvimento das capacidades militares das ilhas para a MB e FAB, criar um sistema de apoio logístico militar integrado, contínuo e de menor custo que envolva as duas Forças Armadas, e desenvolver as potencialidades de projeção de poder que elas permitem, notadamente relacionadas ao controle, à exploração e ao povoamento da "Amazônia Azul", aí incluído o SisGAAz.

Ainda ao MD, sugere-se a implementação de uma política de descarte de equipamentos militares e navios caracterizada pela análise do custo de ciclo de vida e de vida útil desses produtos. Tendo em vista que os custos de manutenção dos produtos industriais são exponencialmente crescentes quando eles atingem idades próximas das suas vidas úteis, a mensuração destes custos e o descarte planejado desses produtos militares, seja por venda ou por doação, permite a significativa racionalização de recursos e o investimento planejado em produtos novos. Complementarmente, o descarte planejado permite promover o descarte *casado* de sobressalentes, reduzindo os custos de armazenamento de estoques das Forças Armadas. Esta ação é significativa ao considerar-se o processo de expansão econômica brasileira.

Da mesma forma, também é necessário estudar a possibilidade do estabelecimento de uma política de preços para sobressalentes produzidos pela indústria nacional, no qual o preço de exportação permita o fomento e, em parte, o subsídio da fabricação de sobressalentes para as Forças Armadas brasileiras (podendo-se, obviamente, excetuar esta prática para os países do entorno estratégico do Brasil)[102].

No nível da MB, a aplicação da "Teoria das "Fímbrias demonstrou que é necessário revisar o PAEMB, no que diz respeito ao requisito estratégico da futura 2ª Esquadra: o estudo concluiu que a 2ª Esquadra deve ser eminentemente anfíbia e confirmou a necessidade de ser posicionada no Norte-Nordeste do País.

Em segundo, foi possível entender que o desenvolvimento do modal aquaviário (no que se refere ao controle, à exploração e ao povoamento da "Amazônia Azul") é condição imprescindível para o desenvolvimento econômico nacional no futuro e que é fundamental que a MB cresça de forma proporcional aos investimentos no setor. Por isso, a MB deverá começar a pensar no futuro pós-2030, com ênfase nas capacidades das suas bases navais e nos atracadouros de interesse em portos brasileiros, notadamente considerando que a Força Naval brasileira naquela época será maior e mais moderna do que a atualmente existente.

Além disso, de forma a dinamizar o reaparelhamento da Força Naval, será necessário desburocratizar os processos internos de produção industrial na MB. Por exemplo, é possível sugerir que o EMA-420 – Normas para Logística de Material seja reavaliado no que compete aos processos de obtenção por construção de navios novos. Restringir as intervenções do Estado Maior da Armada (EMA) e do Comando de Operações Navais (ComOpNav) tão somente às fases de elaboração dos Requisitos de Estado Maior (REM) e Requisitos de Alto Nível de Sistemas (RANS) e concentrar todo o processo decisor da cadeia produtiva na DGMM parece ser algo adequado ao momento brasileiro.

102

Esta é uma prática realizada por países tradicionais do mercado de armamento.

Da mesma forma, os processos de controle de qualidade da MB podem ainda ser melhorados no que diz respeito à construção de navios novos. À despeito das dificuldades e restrições vividas pela MB no setor da construção naval, a MB pode classificar os navios em construção e se utilizar mais das flexibilidades legais existentes[103] (CAMARA, 2011).

Considerando-se a grandiosidade dos projetos de obtenção do submarino de propulsão nuclear e de navios de superfície, sugere-se estudar os impactos advindos da criação de um Instituto Naval de Engenharia, subordinado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SecCTM) ou à Diretoria de Gerenciamento de Projetos da Marinha (DGePM), que concentre os conhecimentos dos centros de pesquisa e os projetos da MB, que adquira, retenha, desenvolva e, principalmente, incentive[104] a extrapolação dos conhecimentos obtidos em áreas essenciais de interesse da MB, que fomente o uso desses conhecimentos de forma dual pela indústria nacional e, finalmente, que seja capaz de realizar a engenharia reversa para produtos e equipamentos de interesse da MB (CAMARA, 2011, p. 225-232).

Esse instituto complementaria as iniciativas já realizadas pela Marinha do Brasil, no que concerne à formação e preservação de seu quadro de engenheiros. Além disso, fomentaria a relação acadêmica com os escritórios de pesquisa das diversas universidades com que a MB se entrelaça, poderia gerar patentes de interesse e fomentar a utilização dessas patentes pelos diversos setores da economia nacional, concentraria a gestão da mobilização logística e da manutenção no âmbito da Marinha e, complementarmente, direcionaria

---

103

Com vista a adquirir equipamentos em escala e reduzir os custos de aquisição e manutenção, o COFAMAR pode efetuar a Padronização de Equipamentos por classe de navios. Esta ação também permite a redução do tempo gasto em processos licitatórios.

104

Propulsão, oceanografia, acústica submarina, emissão eletromagnética para radares e comunicações, TI, sistemas de armas e guerra cibernética são setores militares, que permitem uso dual, por exemplo, nas atividades de pesca e piscicultura, explotação e exploração de minerais, petróleo e gas, transporte, geração de energia, setor bancário e financeiro, entre outros.

pesquisas em áreas tecnológicas mais específicas e de interesse da MB que não possuem emprego dual ou que requerem altíssimo investimento (CAMARA, 2011, p. 225-232).

Desse modo, de uma forma geral, este estudo demonstrou que a aplicação da teoria de Spykman permitiu identificar que os documentos de alto nível da Defesa (PND e END) estão compatíveis com as necessidades brasileiras e são resultado de um amadurecimento da Política Nacional, voltada para a cooperação, para a Diplomacia e para a Soberania nacionais.

Neste aspecto, a aplicação da Soberania e da Diplomacia se confundem com o reaparelhamento da MB e o acompanhamento da Governança atinente à "Amazônia Azul".

Ao relembrar Spykman, evidencia-se que um Poder Naval "equilibrado, moderno, balanceado" é algo mais do que necessário ao Brasil:

> [...] a segurança de uma nação depende ultimamente da força que ela pode aplicar em sua defesa e as alianças servem para se obter uma margem de segurança (SYPKMAN, 1942).

5 CONCLUSÃO

Considerando-se a aplicação da "Teoria das Fímbrias" (*Rimland*) de Spykman ao Brasil e realizando-se uma revisão histórica de fatos marcantes da formação das fronteiras brasileiras foi possível concluir que a fronteira demarcada pela "Amazônia Azul" é o produto do amadurecimento do pensamento estratégico naval brasileiro ocorrido nos últimos 40 anos e consolida o abandono de um paradigma expansionista que orientou a Política Nacional até o início do século XX. E dessa forma, na medida em que representou a demarcação da fronteira de uma enorme área vital de forma pacífica, pode ser reconhecida como uma das mais significativas ações de ordem diplomática realizada pela MB neste século.

No entanto, para que esse amadurecimento atinja um novo patamar, a análise spykniana indicou que é preciso agora enxergar o Brasil como um país essencialmente "anfíbio", onde as bacias hidrográficas são partes dependentes do desenvolvimento tecnológico, econômico e "tropical" obtido na "Amazônia Azul".

Em segundo, em que pese a PND e a END não estarem plenamente consoantes com esta realidade, foi possível concluir que os documentos correspondem a um pensamento maior estratégico para o País, que se volta à cooperação na América do Sul como uma confrontação à possibilidade de contenção do crescimento não só do Brasil mas de todo o Continente. Neste contexto, a consolidação da fronteira "Amazônia Azul" está especificada como um dos objetivos políticos maiores desses documentos, visto que a região corresponde a uma área vital à sobrevivência do Brasil.

Também foi possível identificar que, como uma fronteira, a AAz corresponde a um grande desafio na medida em que seu controle, povoamento, exploração e soberania dependem do avanço contínuo de tecnologias específicas a serem conquistadas pelo País, da

existência de um Poder Marítimo corretamente dimensionado à necessidade nacional e do acompanhamento, pela Diplomacia, da evolução dos assuntos atinentes aos oceanos.

Para vencer essas vulnerabilidades, foi possível identificar a necessidade de se compreender a AAz mediante o novo conceito de Oceanopolítica e da possibilidade de estudá-la considerando-se a subdivisão da vertente soberania em duas outras, quais sejam, vertente soberania e vertente diplomática. Utilizar este caminho permitirá ao País, analogamente às fronteiras terrestres, reconhecer cartograficamente, tecnologicamente, militar e diplomaticamente a nova e última fronteira. Isto significa arraigar o fisiologicamente necessário conceito do *uti possidetis* a este enorme território marítimo ora demarcado, contrapondo-o à soberania relativa que a CNUDM estabeleceu para a ZEE e PC.

Finalmente, foi possível também identificar que a MB já vem realizando significativos esforços para controlar, povoar e defender a AAz. O SisGAAz, os programas de renovação de toda a força naval, a participação acentuada na estrutura da PNDM e a futura criação da 2ª Esquadra na região Nordeste/Norte correspondem a parte desses esforços.

Por isso, é possível compreender que as sugestões que encerraram a pesquisa possuem apenas um caráter suplementar a tudo que já vem sendo realizado pela MB e pela Diplomacia brasileira para mitigar as vulnerabilidades externas e internas eventualmente existentes e permitir a consolidação dessa última fronteira do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acuerdo de notas reversales entre el Gobierno de la Reublica del Paraguay y el Gobierno de los Estados Unidos de America.Apto todo publico.Disponível em: <http:\\acuerdo de notas reversales entre el gobierno de la republica del paraguay y del gobierno de los estados unidos de america Notícia de 05/05/2012. Acesso em 06/06/2013.

AFONSO CELSO, A. O Direito Internacional Público. In: Aulas de Direito Internacional Público do Prof. Dr. Antônio Afonso Celso Pereira para o Curso de Política e Estratégia Marítimas, 2013, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, Curso de Política e Estratégia Navais, abril de 2013.

AMORIM, Celso; O planejamento de Defesa no Governo Dilma Rousseff. In: Aula Magna do Ministro da Defesa, Celso Amorim, no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra, 2013. Rio de Janeiro: Escola de Cursos de Estado Maior do Exército, 11 de março de 2013. p. 1-19.

BANDEIRA, L. A. Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina,Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, 1998. 256 p.

BARBOSA JUNIOR, Ilques [et al]. Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o oceano do Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: SaG Serv, FEMAR, 2012. 312p.

BITTENCOURT, R.P. A IMO e seu papel regulador. In: Aula expositiva do Vice-Almirante, no Curso de Política e Estratégia Marítimas, 2013, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, Curso de Política e Estratégia Navais, 17 de abril de 2013. Slides:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Marinha do Brasil. A vertente soberania da Amazônia Azul. Disponìvel em: <http:\\www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/htm/vertentes_soberania.html.> Acesso em 05/04/2013

_____. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa, 2008.

_____.Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa, 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Nº1.530, de 22 de junho de 1995. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982, 1995.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Nº5.377, de 23 de fevereiro de 2005. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM. Disponível em <http:\\www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decret...>. Acesso em 29/04/2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº8.614, de 4 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.Disponível em <http:\\www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8617.htm>. Acesso em 05/04/2013.

CAMARA, Eduardo Gomes. A construção naval militar no século XX. Eduardo Gomes Camara. 2011. 240 p.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Delineamentos da Estratégia. Florianópolis: [s.n.],1980. 598 p.

CARVALHO, J. M. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. Cadernos do Departamento de Ciência Política , Número 1, f.113-188. Belo Horizonte. Março de 1974.

COSTA FERNANDES, L. F. da [et al]. O Brasil e o mar no século XXI: Relatórios aos tomadores de decisão do País. 2. ed., rev. e amp. Niterói, RJ: BHMN, 2012. 540 p.

DARUICH, Felipe. O orçamento federal e seus reflexos nas aividades da Defesa e da Marinha. In: Aula expositiva do Departamento de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o Curso de Política e Estratégia Marítimas, 2013, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, Curso de Política e Estratégia Navais, 01 de abril de 2013. Slides: 1-24.

É mais fácil levar milho para a China do que para Recife. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 abr 2013. p. B3.

FERREIRA, Renato R. Operações navais no século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. 2011. 181 f. Monografia (Doutorado em Ciências Navais. Requisito parcial para conclusão de curso). Curso de Política e Estratégia Marítimas – C-PEM. Escola de Guerra Naval. Rio de janeiro: Escola de Guerra Naval, 2011

FONSECA, Fernando. Novo marco legal do setor portuário e ações governamentais em curso – reflexos para a marinha mercante brasileira. In: Palestra do Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, 2013, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 4 de junho de 2013. Slides: 1-83.

FREITAS, J. M. C. A escola geopolítica brasileira. Revista de Estudos Políticos e Sociais de 1997/98/99. p.77-291.

FROTA, Guilherme de Andrea. Quinhentos Anos de História do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2000. 736 p..

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JUNIOR, R. Economia brasileira. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 659 p.

JUDT, Tony. Reflexões sobre um século esquecido 1901-2000. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. 503 p.

KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 556 p.

LIMA, Mario. O sistema portuário nacional. In: Palestra do Secretário Executivo de Portos da Presidência da República para o Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM, 2013, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 24 de maio de 2013. Slides: 1-102.

MATTOS, A. de Meira. O Novo Direito do Mar.In: Aula expositiva pelo jurista para o Curso de Política e Estratégia Marítimas (QST09), 2013, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 01 de abril de 2013.

MEIRA MATTOS, Carlos de. Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira. 1.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2002. 160 p.

MELLO DE ALMEIDA, C. H. A presença da China na costa ocidental da África – o caso Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro. 2012. 155 f. Monografia (Doutorado em Ciências Navais. Requisito parcial para conclusão de curso). Curso de Política e Estratégia Marítimas – C-PEM. Escola de Guerra Naval. Rio de janeiro: Escola de Guerra Naval, 2012.

MOURA NETO, J. S. de. O Comando da Marinha. In: Aula expositiva pelo Comandante da Marinha para os Cursos de Altos Estudos Militares – CPEA – CPEAEx – CAEPE – CPEM, 2013, Escola de Cursos de Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: Escola de Cursos de Estado-Maior do Exército, 13 de março de 2013. Slides: 1-164.

NETO, Newton de A. C. O Estaleiro e Base Naval (EBN) e a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM). In: Apresentação expositiva do Gerente da Coordenadoria Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear, 2013, UFEM. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, Curso de Política e Estratégia Navais , 17 de maio de 2013. Slides: 1-132.

Nova fonte de energia: gelo de fogo. O Globo, Rio de Janeiro, 13 mar 2013. Seção Ciência. p.32

NYE JR, Joseph S. Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à Teoria e à História. 3.ed. Lisboa: Gravita, 2002. Capítulos 1 p. 5, 2 e 3.

OHARA, Carlos. Presença de militares dos EUA levanta suspeitas no Paraguai. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/presença-de-militares-dos-eua-levanta-suspeitas-no-paraguai.html>. Notícia vinculada em 25/08/2012. Acesso em 06/06/2013.

REIS, R. G. G. dos. Concepções Estratégicas. In: Aulas do Curso de Política e Estratégia Marítimas – C-PEM, 2013, Escola de Guerra naval. Rio de janeiro: Escola de Guerra Naval, de 14 de março de 2013 a 10 de maio de 2013. Slides: 1-132.

ROUBACH, Rodrigo. A política nacional para os recursos do mar. In: Palestra do Coordenador Geral do Ministério da pesca e Aquicultura para o Curso de Política e Estratégia Marítimas – C-PEM, 2013, Escola de Guerra Naval. Rio de janeiro: Escola de Guerra Naval, em 16 de maio de 2013. Slides: 1-111.

SANTANA, Oslaim. C. A atuação do Departamento da Polícia Federal. In: Palestra do delegado Oslaim Campos Santana, Diretor do Departamento de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal para o Curso Superior de Defesa, 2013, Quartel General do Exército. Brasília. DF. Em 23 de abril de 2013

SANTOS, Isabel G. América do Sul debate hoje a presença militar dos EUA na Colômbia. Disponível em: <http://publico.pt/mundo/noticiaqamerica-do-sul-debate-hoje-presença-militar-dos-eua-na-colombia-1398103#>. Notícia de 28/08/2009. Acesso em 06/06/2013.

SILVA, Alípio Jorge R. Amazônia Azul: A nova realidade geopolítica brasileira. 2007. 54 f. Monografia (Doutorado em Ciências Navais. Requisito parcial para conclusão de curso). Curso de Política e Estratégia Marítimas – C-PEM. Escola de Guerra Naval. Rio de janeiro: Escola de Guerra Naval, 2007.

SOARES, Teixeira. História da formação das fronteiras do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972. 399 p.

SOUSA, Fernando de (Direção). Dicionário de Relações Internacionais. Porto, Afrontamento. 2008. p.139.

SPYKMAN, N. J. America's Strategy in Word Politics. New York: Harcourt,Brace and Company,Inc, 1942. 500 p.

SPYKMAN,N. J. The geography of peace. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1944. 66 p.

VIDAL, Paulo. Heróis esquecidos. Rio de Janeiro: Fôlha Carioca Editôra, Edições GRD, 1960. 277 p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1983. 176 p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira *et al*. *Amazônia Azul*: O mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006. 308 p.

VIVEIROS, C. P. de. A marinha mercante brasileira. In: Apresentação do Diretor de Portos e Costa para o Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM, 2013, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, junho de 2013. Slides: 1-57.

WIEMER, F. E. S. A concepção política-estratégica e a atuação internacional da Marinha do Brasil. In: Aula Inaugural do Curso de Política e Estratégia Navais ministrada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, 2013. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 27 de fevereiro de 2013. Slides: 1-66. 18 p.

ANEXO A
A AMAZÔNIA AZUL E O SISGAAZ

Figura – O conceito de Amazônia Azul
Fonte: NETO,2013.

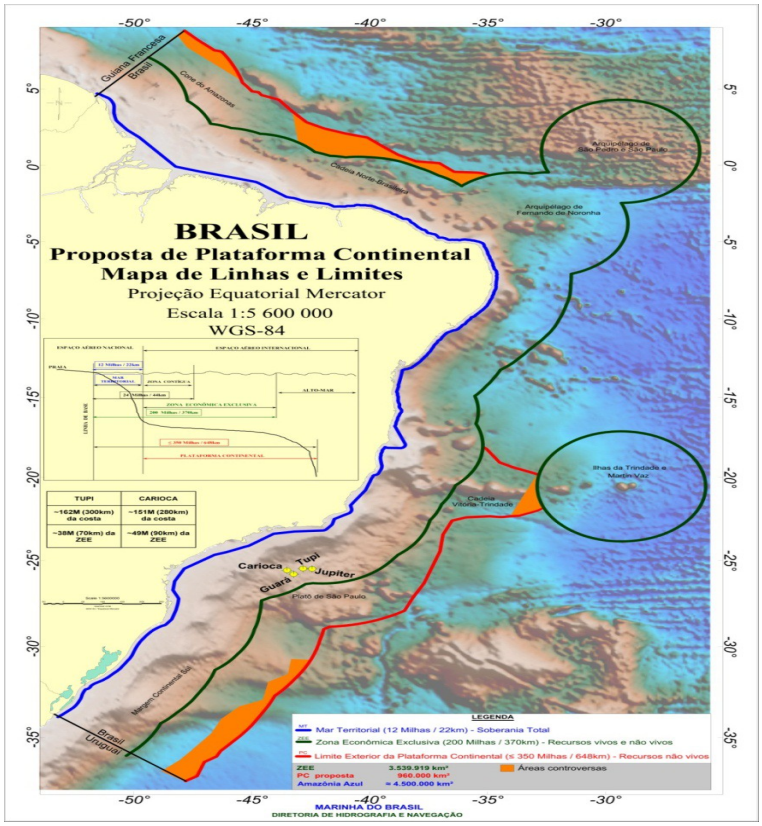


Figura – A Amazônia Azul e a sua plataforma continental
Fonte: Diretoria de Hidrografia e Navegação, Marinha do Brasil.

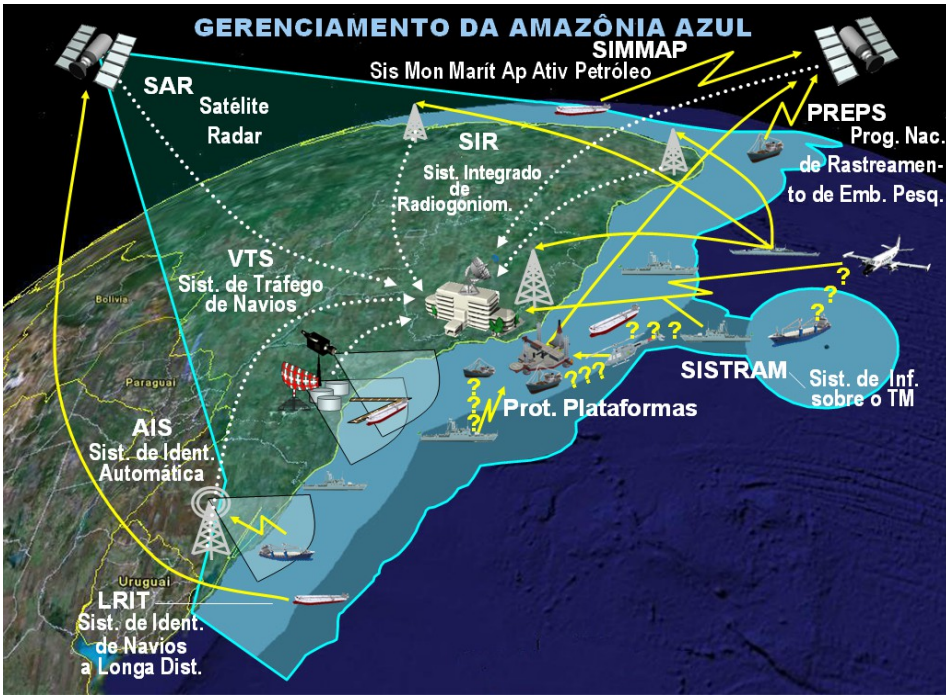


Figura – O SisGAAz

Fonte: Marinha do Brasil

ANEXO B
A TEORIA DO HEARTLAND DE MACKINDER

Figura – A Teoria do Heartland de Mackinder
Fonte: REIS, 2013.

ANEXO C
A TEORIA DAS FÍMBRIAS (RIMLAND) DE SPYKMAN

Figura – A Teoria das Fímbrias de Spykman
Fonte: (SPYKMAN, 1944)

ANEXO D

OS FATORES ECONÔMICOS DE SPYKMAN

PAÍS	Terri-tório	Popu-lação	Taxa Cresc. Popul.	IDH	Taxa Alfab.	PIB total US$	Inflação 2011	Saldo CC 2011	Cresc. PIB 2011	Taxa Cresc. PIB 2017	Poluição 2012	Tendência Crec. de Patentes	Patentes 2011	Dispon. AGUA 2011	soma	Estimativa para 2020
EUA	20	8	3	20	40	65	32	9	18	16	6	20	50	12	319	1
China	20	2	0	12	36	40	24	30	30	20	6	20	50	8	298	2
Japão	2	4	0	20	40	30	32	24	18	12	12	20	50	20	284	3
ALE	2	2	0	20	40	25	40	30	12	12	18	2	30	12	245	7
FRA	2	2	3	16	40	15	40	12	6	12	18	10	30	12	218	13
BRA	18	4	6	14	32	15	24	12	24	16	18	14	20	20	237	10
R. Unido	2	2	3	16	40	15	32	12	12	12	18	14	30	12	220	12
INDIA	8	2	6	10	12	10	16	12	30	20	12	2	25	12	177	17
Paquistão											0					
Indonésia	4	6	6	12	36	5	24	21	30	20	18	10	10	20	222	11
AUS	16	2	6	20	40	10	32	12	24	16	18	20	35	8	259	5
Africa do Sul	4	2	0	12	32	5	24	9	18	16	18	20	25	12	197	15
RUSSIA	34	4	3	14	40	10	16	30	24	16	12	10	40	8	261	4
MEXICO	4	4	6	14	32	10	32	18	24	16	18	14	30	16	238	8
Coreia Sul	2	2	0	20	40	10	32	24	24	16	18	10	25	16	239	9
UCRANIA	2	2	3	14	40	5	16	12	24	16	18	10	25	8	195	16
CANADA	20	2	3	20	40	10	40	6	18	12	18	20	35	8	252	6
Argentina	6	2	6	16	40	5	16	18	24	16	24	10	10	12	205	14

Spykman identificou o poder e o potencial dos países por meio de dados geográficos e macroeconômicos da sua época. Utilizando-se dos mesmos dados de Spykman, identificou-se que o Brasil possui capacidade de estar até 2050 entre as seis maiores potências mundias. O nível educacional geral e a polulação economicamente ativa do Brasil são ascendentes até 2030 e áreas do Centro-Norte e Nordeste passaram a fazer parte da produção brasileira. Apesar disso, a tabela demonstra que o País ainda possui uma produção tecnológica e industrial desproporcional ao tamanho do seu território e da sua população (muito abaixo das realizadas pelos demais países mais desenvolvidos). Deve-se salientar que o controle da inflação, a futura alteração de um modelo industrial, o estímulo à criatividade e a busca por energias verdes serão aspectos fundamentais para a continuidade do processo de crescimento econômico. Todos os aspectos acima se relacionam com a retenção no País e a captação no mundo de capital humano de qualidade, com o melhoramento da formação do administrador público, com a melhoria das condições sanitárias das cidades, com a busca pela máxima eficiência nos investimentos públicos (priorização das metas físicas dos programas e projetos) e com o fomento de setores específicos da indústria de base e do setor de transportes, notadamente o setor aquaviário.

Legenda:
Verde: países emergentes que correspondem aos BRICS;
Amarelo: países que estão muito próximos de alcançarem padrões de desenvolvimento significativos e tornarem-se emergentes, além de possuírem territórios e populações expressivas.
Laranja: países economicamente relevantes (muito próximo dos emergentes) que podem ser beneficiados de ajuda financeira norte-americana em caso dos EUA imporem uma política de franca contenção ao crescimento Chinês, tal como sugerido por Henry Kissinger (KISSINGER).
Azul Escuro: Japão, País que deverá diversificar investimentos em países emergentes nos próximos anos.
Beje: França e Alemanha: grupo estrutural do Euro na Europa. Projeção demonstra países com produção técnico científica constante e situação econômica estável.
Azul: Reino Unido: aliado incondicional norte-americano, de grande peso político e econômico. Projeção demonstra decadência econômica e técnico-científica.

ANEXO E

FATORES DE SPYKMAN: RESULTADO E DADOS BÁSICOS

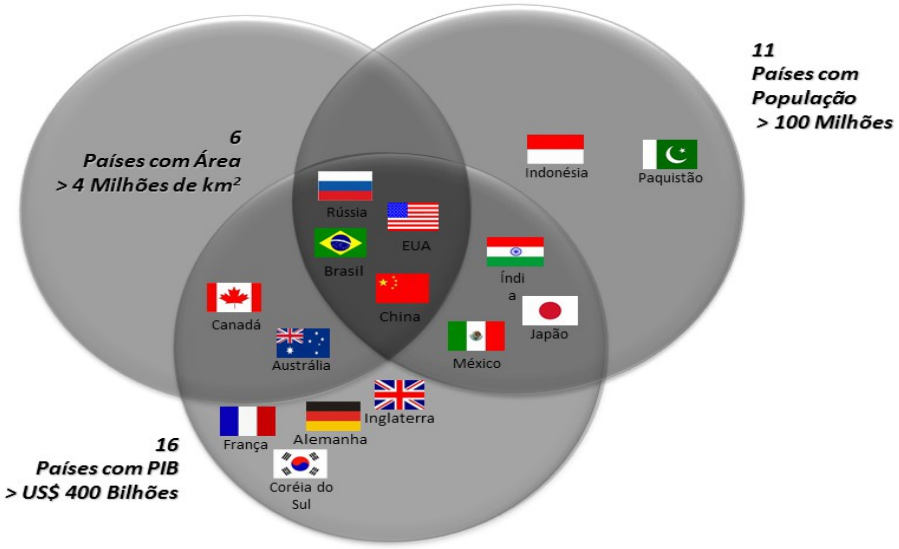


Figura – Os fatores geo-econômicos de Spykman
Fonte: figura-base: Secretaria dos Portos, Presidência da República (LIMA, 2013)

PAÍS	Terri-tório	Popu-laçã o	Taxa Cresc. Popul.	IDH	Taxa Alfab.	PIB total US$	Inflaçã o 2011	Sal do CC 20 11	Cresc PIB 2011	TX CRES PIB 2017	Patentes	AGUA	Poluição	Tendência Patentes
EUA	9,629	313	0,9	>0,9	99	15,1	3,2	-3,1	2,1	3,3	224505	500-1000	x>5M	cresc forte
China	9,596	1343	0,48	0,65-0,699	92	7,4	5,4	5,2	7,5	8,5	172113	250-500	x>5M	cresc forte
Japão	0,377	127	0,07	>0,9	99	5,6	-0,3	2,1	1,7	1,1	238323	1500-2000	1<x<5	cresc forte
ALE	0,357	81	0,4	>0,9	99	4,6	1,9	5,3	0,4	1,3	11719	500-1000	0,3<x<1	queda forte
FRA	0,547	65	0,5	0,85-0,899	99	2,6	2,3	-2,4	-0,1	1,9	10213	500-1000	0,3<x<1	estável
BRA	8,511	199	1,1	0,7-0,749	89	2,5	6,5	-2,1	4,5	4,1	3251	>2000	0,3<x<1	cresc leve
R. Unido	0,244	63	0,5	0,85-0,899	99	2,4	4,5	-2,3	0,2	2,7	7173	500-1000	0,3<x<1	cresc leve
INDIA	3,287	1205	1,3	0,5-0,549	61	1,7	8,9	-2,2	6,9	6,9	5168	500-1000	1<x<5	queda forte
Paquistão	0,803	190	1,5	0,45-0,499	54	0,23	8,1							
Indonésia	1,919	248	1	0,6-0,649	90	0,89	5,4	0,2	6,5	6,9	0	>2000	0,3<x<1	estável
AUS	7,686	22	1,1	>0,9	99	1,5	3,4	-	3,1	3,2	17877	250-500	0,3<x<1	cresc forte

								2,2						
Africa do Sul	1,219	49	-0,4	0,6-0,649	87	0,39	5	-3,8	2,3	4,1	5296	500-1000	0,3<x<1	cresc forte
RUSSIA	17,075	142	0,5	0,75-0,799	99	1,9	8,5	5,5	3,5	4,1	29999	250-500	1<x<5	estável
MEXICO	1,972	115	1,1	0,75-0,799	86	1,1	3,4	-0,5	3,4	3,5	11485	1000-1500	0,3<x<1	cresc leve
Coreia Sul	0,098	48	0,2	>0,9	98	1,1	4,2	2,4	3,6	4	6290	1000-1500	0,3<x<1	estável
UCRANIA	0,603	45	0,5	0,7-0,749	100	0,33	8	-5,5	5,2	3,5	4061	250-500	0,3<x<1	estável
CANADA	9,976	34	0,8	>0,9	99	1,7	2,9	-2,8	2	2,3	20762	250-500	0,3<x<1	cresc forte
Argentina	2,766	42	1	0,8-0,849	97	0,47	9,8	-0,3	3,8	4	1204	500-1000	0,1<x<0,3	estável
Pesos	2	2	3	2	4	5	4	3	3	2	3	2	5	2

TERRITORIO	POPULAÇÃO	TX CRESC POP	IDH	ALFABET		PIB	inflação	saldo cc	cresc PIB	cresc PIB 2017
0 A 1=1	0A100=1	0 A 0,49 =0	0,4-0,5=4	60A65=3		0a1=1		(-)4a3=3	<0=2	<0=2
1A2=2	100A200=2	0,5A 0,9=1	0,5-0,6=5	66A70=4		1a2=2	(-)3a2=4	(-)3a2=4	0,1a1=4	0,1a1=4
2A3=3	200A300=3	1A2=2	0,6-0,7=6	71a75=5		2a3=3	(-)2a1=6	(-)2a1=5	1,1a3=6	1,1a3=6
3A4=4	300A400=4	2A3=1	0,7-0,8=7	76a80=6		3a4=4	(-)1a0=8	(-)1a0=6	3,1a6=8	3,1a6=8
4A5=5	400A500=5	>3=0	0,8-0,9=8	81a85=7		4a5=5	0a3=10	(-)0a1=7	>6,1=10	>6,1=10
5A6=6	500A600=6		>0,9=10	86a90=8		5a6=6	3a5=8	1a3=8		
6A7=7	600A700=5			91a95=9		6a7=7	5a7=6	3a5=9		
7A8=8	700A800=4			96a100=10		7a8=8	7a10=4	>5=10		Patentes
8A9=9	800A900=3									>100000=10
9A10=10	900A1000=2					Patentes tendência	Poluição	Pluviosidade >50% área/mm/ano		50ma100m=9
						est=5	x>5M = 2	50%até250 - 0		25ma50m=8
						c forte=10	1<x<5 = 4	251-500-4		12,5ma25m=7
						c leve=7	0,3<x<1 =6	501-1000-6		6750a12,5m=6

						q forte=1	0,1<x<0 ,3 = 8	1001-1500-8		3875a6750=5
						q leve=3	x<0,1 = 10	1500-2000-10		1937a3875=4
										0a1937=2

ANEXO F
CONTRAPOSIÇÃO DAS TEORIAS

Figura – A contraposição da Teoria de Spykman ao Hinterland do General Meira Mattos
Fonte: figura-base (WIEMER, 2013)

Legenda:

Fímbrias em vermelho	Fímbrias diferenciadas pelo relevo, pela necessidade de maior presença estatal e/ou pela presença de nações exógenas à região.
Fímbrias em amarelo	Países que se voltam para o Atlântico devido ao relevo e clima e zonas de amortecimento.
Fímbrias em azul	Países que se relacionam com o Brasil pelo Oceano Atlântico
verde	Países sem fronteira com o Brasil e com economias voltadas para o exterior e para a América do Sul, concomitantemente.
Amazônia Azul	Reage como fimbria e como território concomitantemente.
Setas vermelhas	Planícies de vulnerabilidade
Setas laranjas	Áreas de importância para a Defesa

ANEXO G

O FATOR POSIÇÃO DE SPYKMAN: O BRASIL COMO ILHA

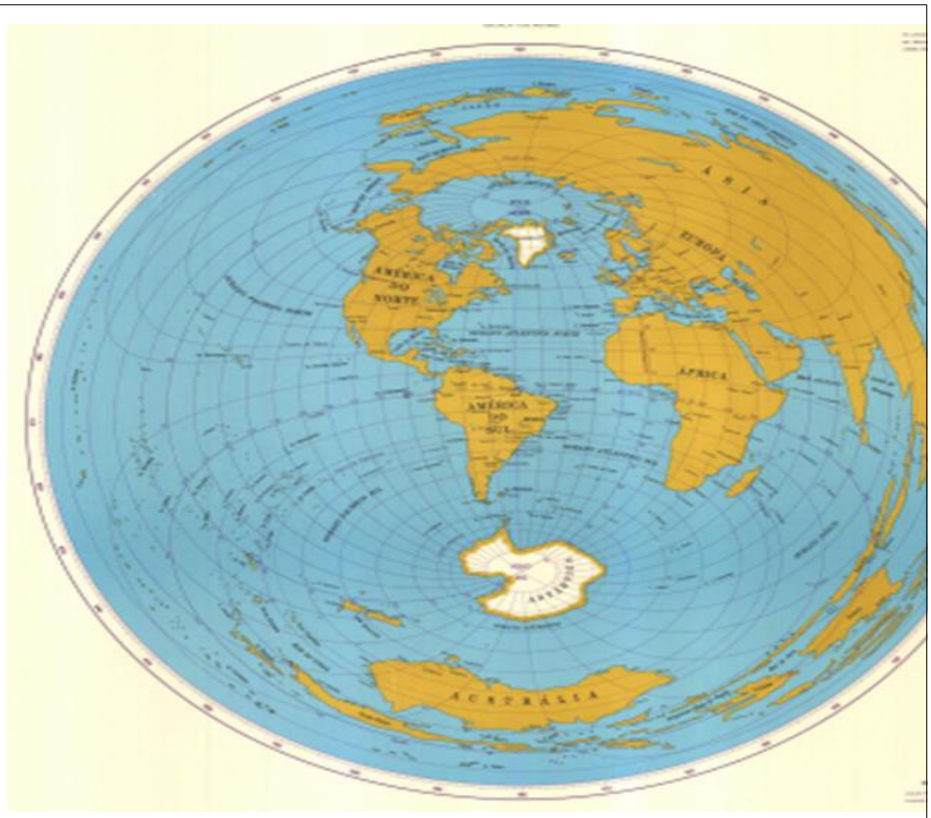


Figura – O fator posição de Spykman

ANEXO H

AS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS

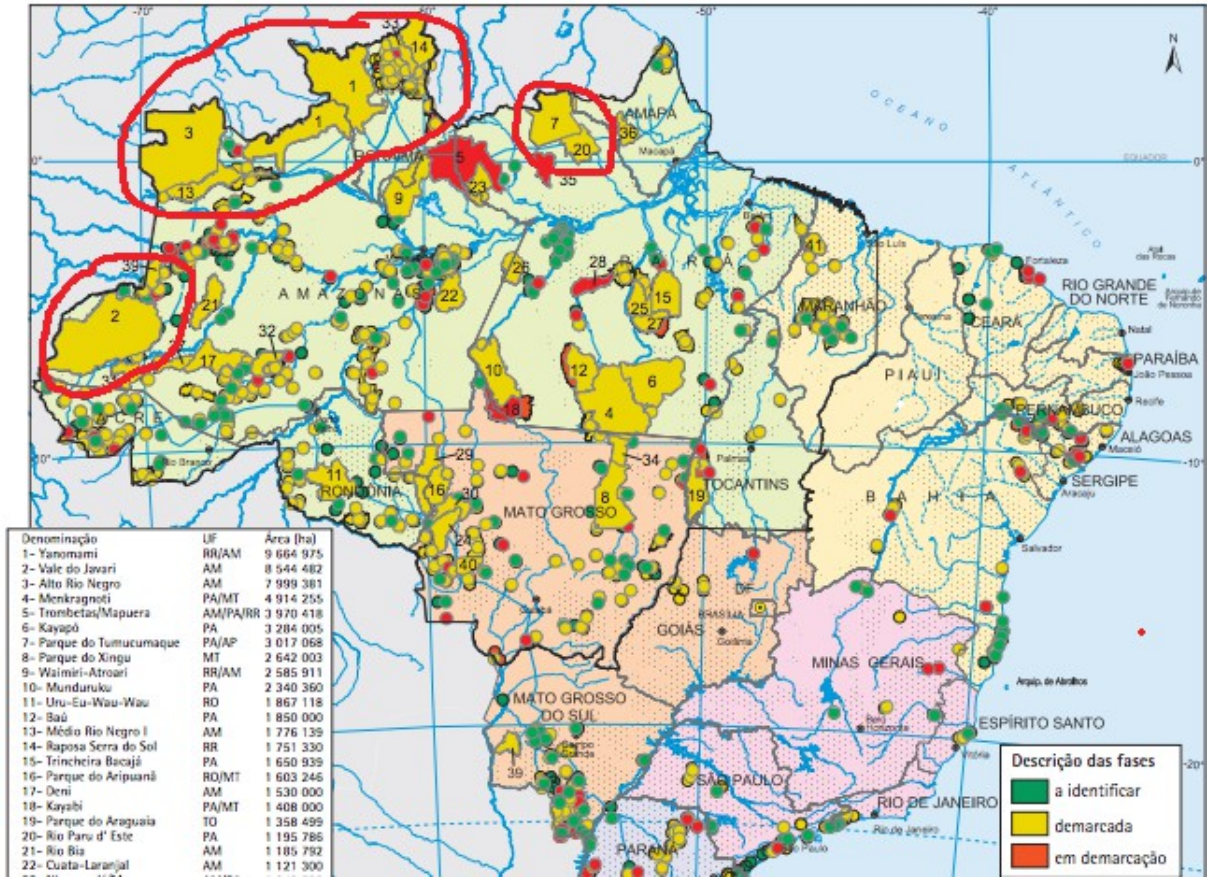


Figura – Reservas Indígenas e Serras de Pacaraima, Parima e Tapirapecó.
Fonte: Disponível em <http://www.google.com/mapas/terras indigenas do Brasil>. Acesso em 03/07/2013.

VENEZUELA
COLÔMBIA
GUIANA
BRASIL
PACARAIMA
SERRA
BOA VISTA
CARACARAÍ
SERRA PARIMA
SERRA CURUPIRA
S. GABRIEL DA CACHOEIRA
RIO NEGRO

ANEXO I

OS FATORES RELEVO E CLIMA DE SPYKMAN

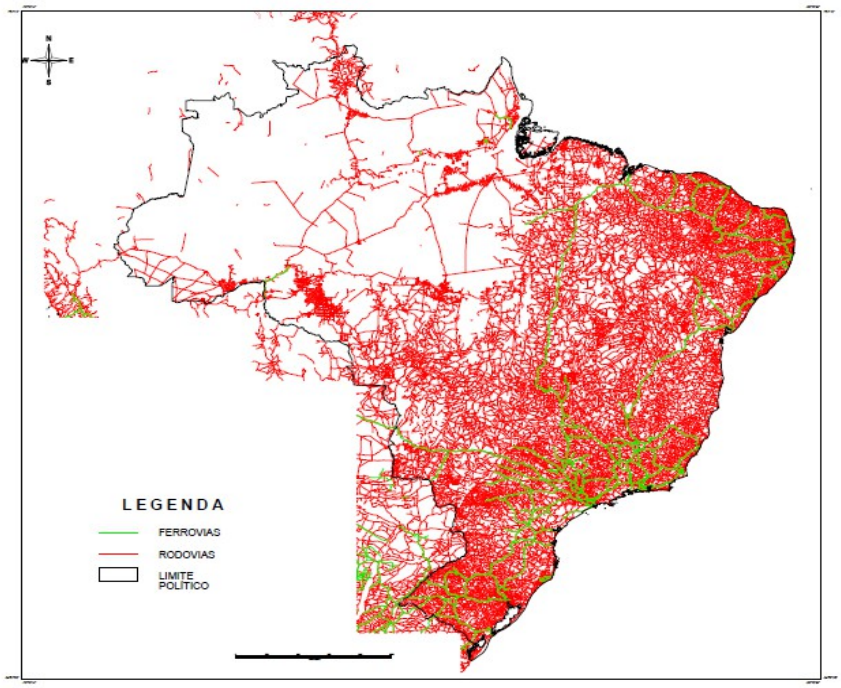


Figura – As malhas rodoviária e ferroviária do Brasil: assimetria e crescimento.
Fonte: IBGE, 2013.

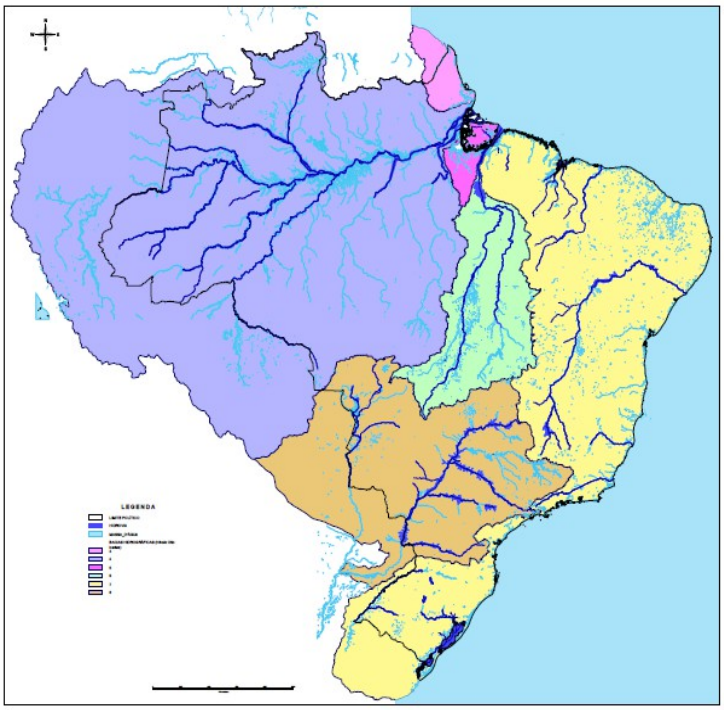


Figura – As bacias hidrográficas brasileiras
Fonte: IBGE, 2013.

ANEXO J

AS FÍMBRIAS BRASILEIRAS

Figura – As fímbrias brasileiras
Fonte: desenho base (WIEMER, 2013)

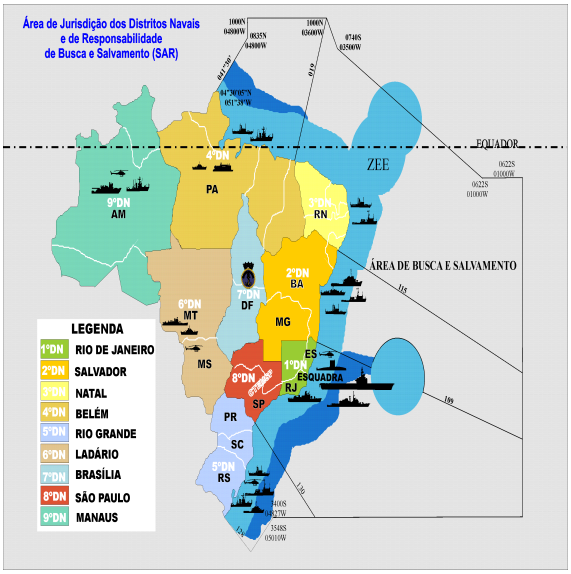
Legenda: Idem Anexo I.

Fímbrias em vermelho	Fímbrias diferenciadas pelo relevo,pela necessidade de maior presença estatal e/ou pela presença de nações exógenas à região.
Fímbrias em amarelo	Países que se voltam para o Atlântico devido ao relevo e clima e zonas de amortecimento.
Fímbrias em azul	Países que se relacionam com o Brasil pelo Oceano Atlântico
verde	Países sem fronteira com o Brasil e com economias voltadas para o exterior e para a América do Sul, concomitantemente.
Amazônia Azul	Reage como fímbria e como território concomitantemente.
Setas vermelhas	Planícies de vulnerabilidade
Setas laranjas	Áreas de importância para a Defesa

ANEXO K

AS ASSIMETRIAS NACIONAIS: MONITORAGEM, CONTROLE, EXPLORAÇÃO, POVOAMENTO E DEFESA

Assimetrias na exploração e na Defesa, que envolvem controle e povoamento.



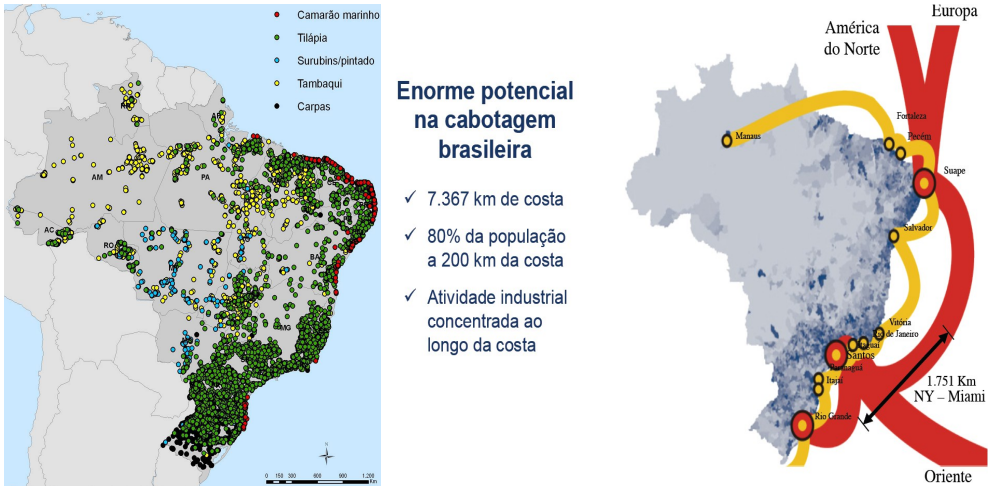


Figura – Assimetrias da AAz:exploração, defesa, energia, aquicultura, portos e transporte marítimo.

Fontes: Agência Nacional de Petróleo - ANP (WIEMER, 2013); MOURA NETO, 2013; REIS, 2013; Ministério da Pesca e Aquicultura (ROUBACH, 2013); Diretoria de Portos e Costa – DPC (VIVEIROS, 2013).

ANEXO L

A PROJEÇÃO DE PODER DA 2ª ESQUADRA

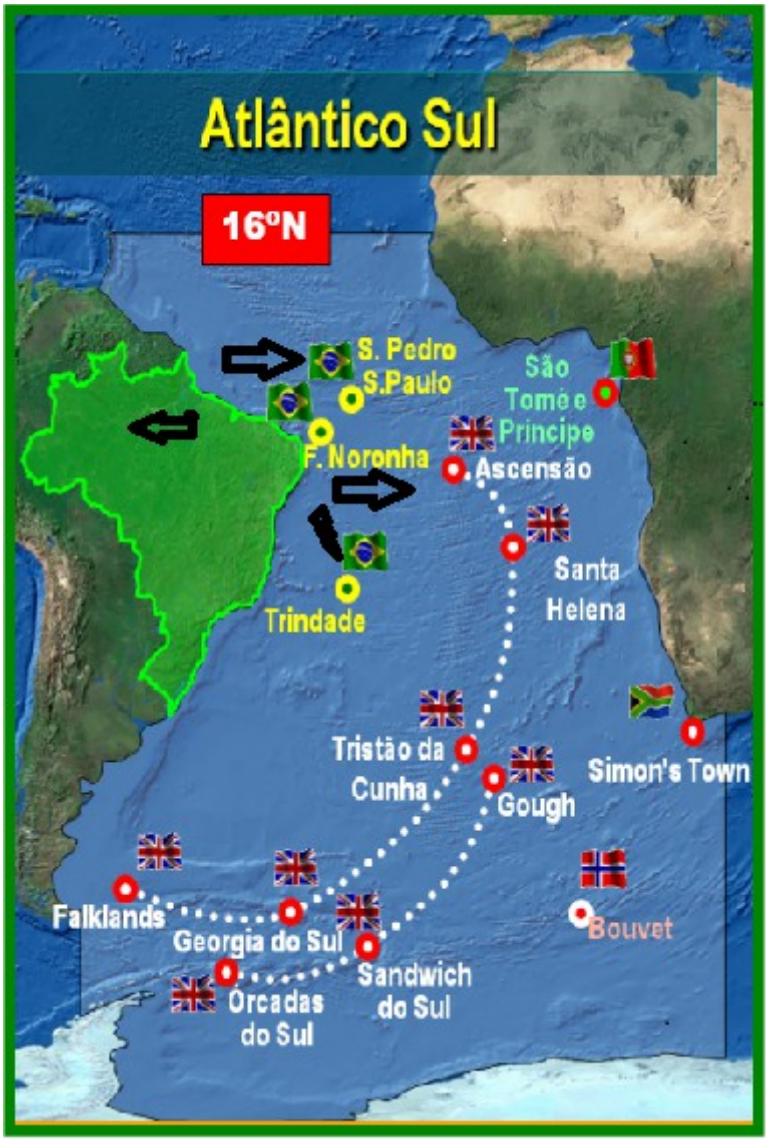


Figura – 2ª Esquadra: proteção da AAz e das Ilhas Oceânicas.
Fonte: figura-base (WIEMER, 2013)

Legenda: setas = áreas de atuação da 2ª Esquadra.

ANEXO M

A COMPLEXIDADE DA CONSTRUÇÃO DE UMA MARINHA DE GUERRA

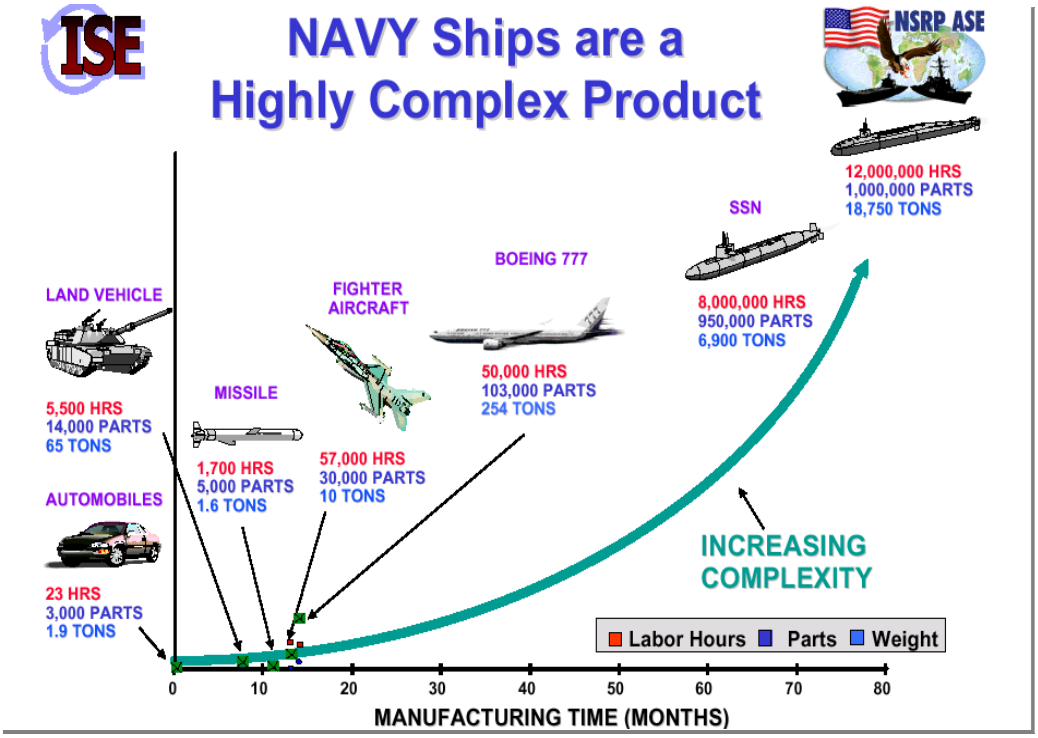


figura – A complexidade de construção de uma Marinha de Guerra
Fonte: NETO, 2013.

"Navios da Marinha são um produto altamente complexo" (tradução nossa)

Legenda:

"Labours hours: horas trabalhadas"

"Parts: peças (conjuntos, partes ou sobressalentes)"

"Weight: peso produzido"

"Manufacturing time: tempo de fabricação"

"NSRP ASE- National Shipbuilding Research Program – Advanced Shipbuilding Enterprise": Programa Nacional de Pesquisa de Construção de Navios – Projeto Avançado de Construção.